

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

RELATÓRIO FINAL DO X CONAD

Cuiabá, 5 a 7/10/1984

RELATÓRIO DO SETOR DAS PARTICULARES

ADs presentes: ADUSU (RJ), APROPUC (SP), ADUNIMEP (SP), APUC (GO), ADUNISINOS (RS), APROPUC-C (SP).

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O setor das particulares sempre foi aquele menos organizado e menos integrado no movimento nacional dos docentes.

Avaliamos que existam hoje condições objetivas de fazer avançar o movimento no setor. O Encontro de Campinas abriu grandes perspectivas de ação conjunta com os sindicatos e com outros setores da ANDES - fundações estaduais e federais.

O próprio setor organiza-se hoje em torno da campanha pelos 100% do INPC e pela reposição das perdas, desenvolvida nacionalmente.

Os resultados iniciais dessa campanha expressam-se por conquistas consolidadas já em 7 ADs que vão desde índices superiores ao INPC (PUC-SP, UNIMEP) ao INPC pleno para todos (PUC-Campinas, SVSI-Santos) e a frações superiores ao estabelecimento pela Lei (USU-RJ, PUC-GO, UNISINOS). O processo de luta continua mas os casos citados já representam uma vitória expressiva na luta contra o DC 2065.

É também significativa a conquista da base de cálculo do trabalho horistas com 162 horas, em vias de se consolidar na aprovação do projeto de lei Darcy Passos, campanha iniciada nacionalmente pela ANDES acerca de 1 ano.

As campanhas por eleições diretas para Reitor estão crescendo, bem como o processo de implantação de novas carreiras docentes - nos termos de propostas unificadas da ANDES, formuladas a partir do trabalho do setor:

O crescimento do setor e, portanto, do MD e da ANDES, é possível desde que se consiga intensificar o trabalho de organização a partir das prioridades definidas pela potencialidade da reorganização a curto prazo. Nesse sentido, as ADs presentes elaboraram um "Mapa" das prioridades de filiação das ADs existentes (ou em fase de constituição) por Regional da ANDES, o qual será entregue à Diretoria resultando nos seguintes encaminhamentos:

a) Os vice-regionais deverão realizar levantamento das IES particulares na região e do nível de organização dos docentes em cada uma.

b) Deverá ser incentivada a criação de Comissões Pró-AD, lançando mão, se necessário, do recurso da filiação direta à regional, previsto estatutariamente.

c) Deverá ser elaborado um dossiê dos documentos já produzidos sobre o setor a ser utilizado como material de apoio nesse trabalho.

d) As diferentes conquistas do setor serão historiadas a partir da sua organização e articulação nacional, via ANDES, para ampla divulgação.

II - PROPOSTAS APROVADAS

A) Lutas do setor a serem encaminhadas pela ANDES e ADs locais

1 - Campanha salarial unificada para 85 (juntamente com as fundações e, se possível, autarquias).

Para a campanha salarial é absolutamente prioritário propormos:

a) Articulação entre sindicatos-ANDES-ADs por meio de mecanismos regionais e informais de consulta, para a direção regional da campanha.

b) Articulação com os demais setores da ANDES, especialmente com as fundações, tomando por base os seguintes pontos de unificação:

- 100% do INPC
- Compensação das perdas salariais
- Reajuste trimestral
- Unificação da data base
- Estabilidade do emprego e carga horária.

2 - Luta em defesa do padrão único da universidade brasileira.

Para o setor isso significa:

- Revisão do Estatuto da Universidade Particular e a conseqüente redefinição do papel e do lugar (e do poder) das mantenedoras.
- Democratização dos cargos, colegiados e órgãos de apoio comunitário.
- Quadro de carreira unificado.
- Mais verbas (como conseqüência).

Para a defesa do padrão único propomos:

a) A intensificação da luta pela democratização da universidade, apoiando especialmente a realização e os processos em cursos de democratização da escolha de dirigentes, da estrutura acadêmica e dos órgãos de apoio.

b) Reativação e ampliação do GT-Particulares da ANDES para estudar o Estatuto e a função das mantenedoras na rede particular. Objetivo: fornecer subsídios à luta pela autonomia das IES particulares em relação às empresas mantenedoras.

c) Elaboração pela ANDES de um Estatuto e quadro de carreira unificado a ser transformado em projeto de lei.

B) ONDE DESENVOLVER ESSAS LUTAS? EM QUE PLANOS? COM QUE MEIOS?

1.1 - PLANO DE LUTA

- Pressão sobre as patronais e sobre o MEC.
- Via acordos internos (IES particulares)
- Construir junto à categoria a mobilização visando dar respaldo às pressões. Colocar a possibilidade de uma greve nacional do setor (não falar em greve geral e sim nacional) - Convocar assembléias conjuntas ANDES, ADs e SINPROs.
- Buscar a reposição das perdas salariais, por exemplo, com adicionais decorrentes da diferença da base de cálculo de 240 p/ 162 horas.

1.2 - MEIOS DE AÇÃO

- Promover atividades preparatórias da campanha (debates, simpósios, mesas redondas regionais). Temas: Lei Salarial e arrocho salarial (perdas); conquistas parciais; Revisão da CLT e do Direito de greve; Autonomia e Democracia Sindical; Emprego e Estabilidade (atividades regionais).

- Criação de mecanismos informais e transitórios de consulta e direção das lutas entre as ADs, a ANDES e SINPROs.

- Ampliar a organização da categoria:

a) desenvolvendo campanha de filiação às ADs e de sindicalização;

b) filiando diretamente às regionais da ANDES professores do setor.

Objetivo: divulgar as lutas onde houver AD; Criar comissões Pró-AD.

Nessa campanha de filiação direta deverão estar os SINPROs, os diretores da ANDES e as demais ADs.

c) Criando Boletim ANDES Regional (mimeografado ou off-set, tamanho reduzido).

Objetivo: divulgar as lutas da ANDES na região e no setor.

2 - DEFESA DA UNIVERSIDADE

2.1 - Planos de Luta

- Nas ADs do setor - mobilização da categoria.
- No Congresso - Via projetos de lei e trabalho parlamentar.
- Na justiça - Via instrumentos legais.
- No executivo (MEC, CEE, Presidência da República) - Via pedido de alteração nas regulamentações do ensino particular e via pressão junto aos postulantes à Presidência do país (no caso só Tancredo Neves) por seu posicionamento frente às nossas reivindicações.

- Na sociedade civil: via divulgação e articulação de apoio social.

2.2 - Meios de ação

- Promover mobilização nas IES do setor para:
 - a) Eleições dos cargos diretivos - reitores, vice-reitores, decanos, chefes de departamentos etc. Voto Universal e Direto já!
 - b) Criação ou revisão do quadro de carreira.
 - c) Reformulação de Estatutos com a democratização do espaço universitário e autonomia em relação às mantenedoras.
- Criar grupo de estudo sobre o Estatuto das mantenedoras e seu papel nas IES particulares (retomar antigos estudos do GT do setor).
- Promover, junto ao Congresso, projeto de lei sobre quadro de Carreira unificada. Fazer idêntica gestão junto ao MEC, CRUB e CFE.
- promover junto com as autarquias e as fundações mandados de segurança ou ação popular em todas as regionais pelo cumprimento da emenda Calmon, no dia 25/10 - Dia de Paralisação e Protesto.
- Pressionar o candidato Tancredo Neves a encontrar-se com a ANDES publicamente e comprometer-se a:
 - a) Rever o estatuto do setor, isolando as mantenedoras, garantindo a democracia nas IES particulares.
 - b) Por fim a repressão no setor, garantindo o direito a livre associação e a estabilidade de diretores da ANDES, ADs e delegados sindicais;
 - c) Garantir as verbas para a educação.
- Realize mesas redondas regionais, patrocinadas pela ANDES Regional, conjuntamente com autarquias, fundações e estaduais. Dessas mesas sairão seminários em defesa da universidade pública e gratuita e possivelmente, novo livro da ANDES.

PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO - SETOR PARTICULARES

I) LUTAS DO SETOR A SEREM ENCAMINHADAS PELA ANDES E ADs LOCAIS

1 - Campanha salarial unificada para 85 (juntamente com as fundações e, se possível autarquias).

2 - Luta em defesa do padrão único da universidade brasileira .

- Para o setor isto significa:

a) revisão do Estatuto da Universidade Particular e a conseqüente redefinição do papel e do lugar (e do poder) das mantenedoras.

b) Democratização dos cargos, colegiados e órgãos de apoio comunitário

c) Quadro de carreira unificado.

d) Mais verbas (como conseqüência).

II) ONDE DESENVOLVER ESSAS LUTAS? EM QUE PLANO? QUAIS OS MEIOS?

1 - Campanha salarial 85

1.1 - Planos de luta

- pressão sobre as patronais e sobre o MEC.

- via acordos internos (IES particulares)

- construir junto à categoria a mobilização visando dar respaldo às pressões. Colocar a possibilidade de uma greve nacional do setor (não falar em greve geral e sim nacional) - Convocar assembléias conjuntas ANDES, ADs e SINPROs.

- Buscar a reposição das perdas salariais, por exemplo, com adicionais decorrentes da diferença da base de cálculo de 240 para 162 horas.

1.2 - Meio de ação

- Promover atividades preparatórias da campanha (debates, simpósios, mesas redondas regionais) Temas: lei salarial e arrocho salarial (perdas); conquistas parciais; revisão da CLT e do direito de greve; autonomia, democracia sindical, emprego e estabilidade (atividades regionais).

- Criação de mecanismos informais e transitórios de consulta e direção das lutas entre as ADs, ANDES e SINPROs.

- Ampliar a organização da categoria:

a) Desenvolvendo campanha de filiação às ADs e de sindicalização.

b) Filiando diretamente às regionais da ANDES professores do setor.

Objetivo: Divulgar as lutas onde não houver AD; Criar comissões Pró-AD.

Nessa campanha de filiação direta, deverão estar os SINPROs, os diretores da ANDES e as demais ADs.

c) Criando boletim ANDES regional (mimeografado ou off-set, tamanho reduzido). Objetivo: divulgar as lutas da ANDES na região e no setor.

2) Defesa da Universidade.

2.1- Plano de Luta

- Nas ADs do setor - Mobilização da categoria.
- No Congresso - Via projetos de lei e trabalho parlamentar.
- Na justiça - via instrumentos legais.
- No executivo (MEC, CFE, Presidência da República) - via pedido de alteração nas regulamentações do ensino particular e via pressão junto aos postulantes à Presidência do país (no caso só Tancredo Neves) por seu posicionamento frente às nossas reivindicações.
- Na sociedade civil; via divulgação e articulação de apoio social.

2.2- Meios de ação

- Promover mobilizações nas IES do setor para:
 - a) eleições dos cargos diretivos - reitores, vice-reitores, decanos, chefes de departamentos etc. Voto universal e direto, já!
 - b) Criação ou revisão do quadro de carreira.
 - c) Reformulação de estatutos com a democratização do espaço universitário e autonomia em relação às mantenedoras.
- Criar grupos de estudo sobre o Estatuto das mantenedoras e seu papel nas IES particulares. (retomar antigos estudos do GT do setor).
- Promover, junto ao Congresso, projeto de lei sobre quadro de carreira unificada. Fazer idêntica gestão junto ao MEC, CRUB e CFE.
- Promover junto com autarquias e fundações mandados de segurança em todas as regionais pelo cumprimento da emenda Calmon, no dia 25/10, com paralisação.
- Pressionar o candidato Tancredo Neves a encontrar-se com a ANDES publicamente e comprometer-se a:
 - a) rever o estatuto do setor, isolando as mantenedoras e garantindo a democracia nas IES particulares.
 - b) por fim a repressão no setor, garantido o direito a livre associação e a estabilidade de diretores da ANDES, ADs e delegados sindicais;
 - c) garantir as verbas para a educação.
- realizar mesas redondas regionais, patrocinados pela ANDES/Regional, conjuntamente com as autarquias, fundações e estaduais. Dessas mesas sairão seminários em defesa da universidade pública e gratuita e, possivelmente, novo livro da ANDES.

PROFESSORES DA RITTER SÃO REINTEGRADOS

Durante o mês de julho, dez de um total de 59 professores da Faculdade de Arquitetura do Instituto Ritter dos Reis de Porto Alegre foram arbitrariamente demitidos, sem justa causa, “na forma explícita da Legislação Trabalhista e de acordo firmado”, conforme Nota do Diretor Flávio D’Almeida Reis à Presidente do Diretório Acadêmico daquela instituição, que exigia a imediata readmissão dos professores demitidos, por serem “profissionais reconhecidamente competentes, tanto na prática de sua profissão como na prática da docência”.

Não é coincidência que os professores demitidos, sem demérito para outros que não o foram naquela ocasião, tiveram destacada atuação em recente seminário interno realizado na Faculdade para a reestruturação do Currículo Pleno e cujas conclusões foram interpretadas pela direção como tentativa de instauração de um “poder paralelo” ou “co-gestão”, verdadeiras figuras fantasmagóricas que são tradicionalmente trazidas à luz quando uma argumentação mais sensata não consegue dirimir divergências de opinião.

Integravam a lista dos demitidos o Secretário Geral, o Assessor da Direção Nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil, e a Secretaria da Federação Nacional dos Arquitetos. Na estrutura acadêmica foi atingida por serem demitidos o atual e o anterior chefe do Departamento de Projeto, o suplente de chefe do Departamento de Projeto e o Coordenador do Estágio Supervisionado. Finalmente, a Associação dos Docentes foi frontalmente agredida com a demissão de seu primeiro Presidente e seus atuais Vice-Presidentes, Secretário e 2º Secretário.

Imediatamente a ADFAUPA (Associação de Docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre), convoca uma Assembléia Geral para o dia 31 de julho, a qual decide pela paralisação das atividades docentes de seus associados até a reintegração dos professores demitidos declarando-se em ESTADO DE GREVE.

Dia 5 de agosto a direção comunica por intermédio da imprensa, que foi adiado o reinício das aulas, previsto para 6 de agosto, divulgando-se a nova data proximamente.

Durante esse período, os professores mantiveram-se em assembléia permanente na sede do IAB, porque os portões de acesso à Faculdade estavam trancados e inclusive com presença de seguranças para impedir o acesso de alunos e professores, porque segundo o Diretor “a Faculdade é um local de estudos e não de reuniões”.

Além de receberem apoio das entidades de classe como: Sindicato de Arquitetos, Sindicatos dos Engenheiros, Sociedade de Engenharia, Instituto dos Arquitetos, Sindicato dos Professores e Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, os professores foram ouvidos pela Comissão de Educação da Câmara Municipal de Porto Alegre, e Comissão de Educação e Cultura da Assembléia Legislativa, as quais convocaram a Direção da Faculdade a prestar

depoimento sobre as razões das demissões, mas a Direção se negou a comparecer que “agora que os professores demitidos se dirigiram à Justiça do Trabalho, esses motivos serão analisados pelo Juiz”.

Por intermediação dos delegados do MEC, iniciaram-se as negociações entre o Comando de Greve dos Professores e a Direção da Faculdade, quando por decisão de uma Assembléia Geral os professores abriram mão de sua reivindicação básica, ou seja, a reintegração dos dez demitidos, e aceitaram a proposta conciliatória do MEC de que: 1º fosse organizado um sistema de admissão e demissão passando pela aprovação do respectivo departamento; 2º nenhum professor seria contratado sem a regulamentação do sistema; 3º caso houvesse necessidade de contratação de professores para suprir vagas dar-se-ia preferência aos demitidos.

Mas, a direção foi intransigente declarando que “as demissões eram irreversíveis e que os demitidos jamais voltariam a lecionar na Ritter”, o que provocou a manifestação do delegado do MEC, José Ottmar Goetttert, de que “está difícil realizar o acordo”.

No dia 6 de setembro 2ª feira, a direção divulga por meio da imprensa o reinício das aulas para o dia 10 de setembro de 1984, e comunica individualmente aos professores grevistas de que caso não comparecessem nos seus respectivos dias de aula, seriam demitidos com justa causa por “participarem de movimento grevista ilegal”.

Como a maioria dos professores e alunos mantinham a sua disposição de continuar o movimento, as aulas naquele dia funcionaram precariamente com um número muito reduzido de alunos, e as ameaças de demissão se concretizaram. Segunda foram 9, terça mais 8 e assim por diante, até totalizar 29 demissões.

No dia onze de setembro a Juíza do Trabalho da 11ª Junta de Conciliação e Julgamento, Maria Helena Sulzbach, acolhe a ação cautelar ajuizada há três semanas pelo advogado Tarso Genro, condenando a Sociedade de Educação Ritter dos Reis a reintegrar os requerentes com manutenção do emprego e trabalho até o trâmite final da ação principal, por considerar que:

“- o ensino é prestado pró-coletividade, classificado como serviço público próprio, ligado com as atribuições do Poder Público e que a função educativa é monopólio do Estado.

- entretanto, na impossibilidade de o Estado prover a totalidade do ensino delega a função a particulares. Exerce, portanto, o estabelecimento de ensino função educativa por delegação. Delegação esta de natureza especial eis que não se trata de concessão, permissão ou autorização.

- substituindo o Estado na função educativa, a escola é entidade pública e nessa condição edita atos administrativos, que estão sujeitos ao controle judicial.

- ao contratar e despedir professores está atuando na condição de substituto do Estado, eis que atos inerentes à função pública exercida.

- o aluno é o usuário e o professor prestador de serviço público, o qual não se privatiza pelo fato de a admissão ter ocorrido sob o regime da Consolidação das leis do trabalho.

- como entidade pública não se iguala ao empregador privada que despede arbitrariamente segundo seu interesse particular, visto que no âmbito

privado o objetivo é a atividade lucrativa. A administração deve praticar atos em proveito e benefício da coletividade.

Assim, posicionada a questão, concluiu-se que a despedida de professor, como todo ato administrativo, deve estar voltado ao benefício da coletividade, sendo vedado ao estabelecimento de ensino superior, na condição de entidade pública, a prática de ato de arbítrio.

Dia 13 de setembro, nove professores são reintegrados (um encaminhou processo separado por exercer atividade sindical) na presença de um oficial da justiça representantes das entidades de classe, diretor de faculdade e presidente da entidade mantenedora. Dessa forma, a direção e a mantenedora aceitaram readmitir também os outros 19 professores demitidos por “justa causa” - por estarem em greve encaminhando correspondência anulada a anterior (carta de demissão) e convocando para a volta às aulas, após 40 dias de impasse e atraso no calendário escolar.

Cabe ressaltar a decisão da justiça é inédita na área das faculdades particulares e caso esta decisão seja confirmada no julgamento da ação principal, abrirá jurisprudência na questão da estabilidade do professor das escolas particulares, em relação às demissões sem justa causa.

SETOR DAS PARTICULARES

Contatos prioritários com ADs e IES por região.

- Trazer para o movimento as ADs que existem.

a) São Paulo - Mogi das Cruzes, São Leopoldo de Santos, Moema, Instituto Metodista de São Bernardo, Medicina de Catanduva, Santa Casa, Faculdade de Medicina de Santo André, Fundação Escola de Sociologia e Política.

b) Rio de Janeiro - APROCAM (Friburgo), ADFIB (fazer contatos também com Hélio Alonso), ASDUERJ, Santa Dorotéia, Faculdade da Cidade.

c) Região sul - PR - Católica de Curitiba, CESULON (ADOCE - Londrina)

d) Rio Grande do Sul - ADUI, Santo Ângelo, Católica de Pelotas, Fundação de Bagé, Centro Educacional Lasalle.

e) Leste - Católica de Belo Horizonte.

f) Centro Oeste - CEUB, Anápolis, Rio Verde

g) Nordeste I - Católica da Bahia

h) Nordeste II - ADUCAP, Pernambuco, ADFURNE, ADURNG, ASDESAM.

i) Nordeste III - Fortaleza

j) Norte - (Contatos para formar ADs) - Amazonas, CNESG, Instituto Lasalle.

MOBILIZAÇÃO GERAL DOS PROFESSORES DE 1º E 2º GRAU DO ESTADO DE MATO GROSSO

1 - Histórico

Na pauta da assembléia legislativa do Estado de Mato Grosso, na sessão do dia 2/10/84, constava a votação de uma mensagem governamental que propunha uma gratificação de Cr\$ 40.000,00 para professor de 1º e 2º graus do Estado.

Em contrapartida, havia uma emenda propondo um abono de Cr\$ 63.000,00 (correspondente a 50% do salário base atual do professor que recebe, atualmente, Cr\$ 127.000,00 mensais) e que não foi aceito pelo plenário, através de manobra regimental feita pelo PDS.

O professor mato-grossense está consciente de que o abono não repõe a perda real de seu salário, pois, de 2,3 salários mínimos recebidos em 1983, hoje, recebe somente 1,3 salários mínimos.

2- Reivindicações

Não sendo aprovado o minguado abono de Cr\$ 63.000,00, os professores de 1º e 2º graus das escolas estaduais de Mato Grosso, em assembléia geral de 3/10/84, decidiram mobilização geral reivindicação basicamente:

- a) abono de emergência de Cr\$ 63.000,00.
- b) Piso salarial de três mínimos para o professor Classe A, nível 1, regime de 22 horas semanais.

RELATO DA REUNIÃO DAS AUTARQUIAS

I - AVALIAÇÃO DA GREVE - INFORMES

1 - AD - Santa Maria

A situação de pós-greve é boa, a mobilização excelente, com reuniões todas as 2ª feiras. Na última eleição realizada, apesar de haver chapa única (da AD), houve 71% de comparecimento dos docentes.

2 - AD - Ceará

A greve foi importante no estabelecimento de vínculos com a sociedade civil como um todo. Contudo, as assembléias realizadas após a greve apresentaram-se bastante vazias.

A conquista de espaço da AD junto aos docentes facilitou a organização local da AD assim como a formação de uma chapa única.

A avaliação presente é que não há, a curto prazo, nenhuma possibilidade de greve.

3 - AD - Rio Grande do Norte

O movimento saiu fortalecido da greve. Durante a greve foi constituído um Comitê de entidades, que encontra, porém, muita dificuldade na realização de um trabalho efetivo. As assembléias de pós-greve contam com 7- a 80 docentes no máximo.

De forma geral os docentes ocupam-se fortemente com suas atividades no momento. Contudo, o movimento trouxe novas pessoas com interesse num trabalho sério. Quanto a uma nova greve, as perspectivas são muito remotas.

4 - AD - Juiz de Fora

Encontrou certo problema em função de ter sido a primeira AD onde foram implementadas as recomendações do MEC de uma repressão burocrática (listas, ameaças, etc). Como saldo positivo, há o espaço conquistado, no âmbito dos docentes, exceto naqueles menos ativo no movimento.

O trabalho realizado na eleição do Reitor contou com grande participação.

Pelo conjunto de atividades realizadas no pós-greve não houve possibilidade de uma avaliação da greve.

No momento como as eleições na AD em função do seu presidente ter se candidatado a reitor, na condição de renunciar ao cargo.

Implementa-se a efetivação da comissão de defesa da universidade.

5 - APUB - Bahia

Greve forte, com apoio de vários setores, no qual foi criado o Comitê de Defesa da Universidade.

Comissões da assembléia legislativa visitam periodicamente a universidade para constatar o estado de abandono.

Há uma perplexidade sobre como levar adiante o movimento.

O 1º semestre letivo encerra-se em novembro. O 2º começa em janeiro. Discute-se a perspectiva de não ser dado o 2º semestre.

As férias iniciam-se agora o que dificulta qualquer perspectiva de uma resposta forte do movimento ao governo.

Sobre a manifestação do dia 15, em Brasília, considera que as férias poderão prejudicá-lo e sugere apenas manifestações em âmbito local.

6- ADUFF

Sentimento de prestação de uma greve perdida. Evidencia como da liderança e dos participantes. São esvaziadas as assembléias pós greve (a maior com 60 participantes) com lavagem de roupa suja.

Há dúvidas sobre a possibilidade de uma mobilização futura, contudo, há quem acredite em nova greve.

Propõe: semana de mobilização com paralisação no dia 25. Caso não haja uma resposta imediata do governo, faça-se 3 dias de paralisação na semana seguinte, apontando para nova greve. Traz a proposta para discussão no CONAD e para ser levado às ADs para o dia 25. Criação de uma comissão para alertar os vestibulando para o risco de não haver vestibular se não forem atendidas as indicações do CRUB ao MEC.

7- AD - Santa Catarina

Apresenta características especiais, pois diversos compromissos burocráticos de universidade atrapalharam o movimento. Foram realizadas eleições (e eleitos os candidatos do movimento) para diretores, chefias de departamento, reitor, vice-reitor e representantes dos órgãos colegiados.

A greve atrapalhou as datas pré-marcadas da universidade, assim como as eleições da AD, que provocou um desgaste no âmbito da entidade com queda de mobilização.

Não houve avaliação da greve, até o momento, em assembléia geral. Do comando de greve saíram cinco avaliações diferentes.

Como efeito da greve houve a formação de uma chapa da Reitoria em eleição recente, vencida pela chapa da AD por 54 votos em 1306 votantes, o que indica um estágio confuso atual, resultado de intensa campanha levada a cabo pela reitoria em termos de publicidades, pressões burocráticas e até oferecimento de cargos.

Contudo, como resultado houve uma catálise de diferentes tendências no movimento.

Sobre a semana de paralisação a assembléia não se considerou em condições de decidir, marcando nova assembléia.

Propõe ida a Brasília no dia 15/10. Porém, ir também no dia 10/10 junto com a caravana pró-CUT, realizando pela manhã a entrega de uma nota ao MEC e à tarde, seguir a programação normal. No dia 15 a ANDES, com representantes das ADs faz a entrega de uma nota ao Ministério.

8 - ADUFRJ

O movimento saiu fortalecido da greve, com ganhos políticos e boas ligações com a sociedade civil que continuam a ter desdobramentos. Houve ainda a abertura de espaço em unidades nacionalmente fechadas. Há um clima de descrédito quanto a ganhos materiais, assim como expectativa quanto ao dia 25/10, quando se pretende realizar denúncia da situação da crescente deterioração da universidade.

O cansaço e o desânimo de pós-greve levaram a uma desmobilização que se torna clara no processo eleitoral, com pouca participação dos docentes. Contudo, o resultado tem sido positivo, exceto nas eleições para a Comissão de ensino de graduação no Centro de Ciências da Saúde onde o candidato do movimento foi vencido.

No momento, as questões internas são as que sustentam mais interesse.

9 - AD-Goiás

O movimento apresenta-se bastante firme e coeso com grande mobilização.

Há a formação de um fundo de greve por meio de contribuição de Cr\$ 5.000,00/docente mês o que já rendeu Cr\$ 16.000.000,00 que se encontra depositado em caderneta de poupança.

A Cooperativa fundada durante a greve continua a funcionar.

Existe clara insatisfação entre os docentes no âmbito departamental já se propôs nova greve.

Assembléia a cada quinze dias com participação.

Se realize um seminário com participação de alunos e docentes e funcionários, sobre o que a universidade, ensino e o que se aprende.

Recentes eleições para a CPPD foram ganhas pelo movimento.

10- APUBH

Há uma preocupação com os rumos do movimento, na pós-greve, sem ter contudo idéias definidas. Há uma certa desmobilização o que tem causado problemas nos processos eleitorais.

No dia 25/10 propõe-se paralisação com incentivo de mobilização dos docentes. Planeja-se uma reunião do conselho de representantes dos docentes, dos funcionários e da UEE, para levar nossas reivindicações ao MEC.

No dia da paralisação, 25/10, deve-se fazer a denúncia à opinião pública de que não resolvemos nossos problemas.

11-ADUFPB

Na pós-greve como fato positivo evidencia-se o respeito do Reitor às consultas dos nomes para chefes de departamento realizado pela AD.

Há uma expectativa quanto aos rumos do movimento e a sensação de que á algo para ser feito.

Não se coloca explicitamente uma greve.

O calendário de atividades prevê recesso até o dia 5/11 o que torna difícil nesse período atividades que exijam mobilização. Sugere a transferência de paralisação de outubro para novembro. Qualquer atividade que não exija mobilização de todo o corpo docente será feita.

12 - AD-Rural - PE

A AD saiu fortalecida da greve. Não se acredita em resultado positivo criado das análises feitas pelo CRUB para o MEC.

Encaminhamento de mobilização: dias 23 e 24 para mobilização na universidade. Recesso universitário de 2 a 18/10, com reinício das aulas no dia 18/10.

Que uma comissão exija do MEC uma resposta às reivindicações.

13 - APUFPR

Há um documento de avaliação da greve distribuído no CONAD.

A crítica maior gira em torno da saída da greve. Há uma contradição evidente no fato da AD ter saído fortalecida e dos docentes estarem desmobilizados. A assembléia maior teve cerca de 70 docentes.

Tem realizado no âmbito da universidade apenas reuniões em unidade.

O evento universidade na praça não consegue reunir pessoas para realizá-lo. Aqueles que usualmente se encarregariam do trabalho estão cansados.

Importante criar perspectivas para o movimento, Não se sabe como.

14 - ADUFPA

Boa mobilização. Os docentes saíram da greve com pique para continuá-la.

De 5 a 9/11 haverá eleições para a diretoria da AD. Também se discute a sucessão para reitor. Há duas chapas. Uma da atual situação (reitoria) e outra da Renovação.

Questiona a realização de paralisação somente no dia 25/10, se se leva em conta o prazo dado pelo movimento a Ministra da Educação vai até 5/10. Da, se se mantém a data de 25/10, então o período de 5 a 25/10 deve ser de pressão concreta sobre o MEC.

15 - AD- UFRS

Há um refluxo aparente por falta de perspectivas. Não se vê sentido em uma pressão no momento.

Espera-se da ANDES uma contribuição sobre as perspectivas de diálogo com o governo.

16 - AD UPM

Assembléias com 8 a 10 docentes. Há uma desmobilização geral e nem a própria AD compareceu a este CONAD.

17 - AD - UFPE

Clima de cansaço e mobilização difícil.

Nas eleições atuais para a renovação da diretoria da AD houve uma acirrada discussão para que fosse possível criar uma chapa única como normalmente ocorria.

Indica uma desmobilização total no período de 12 a 27/10, visto haver recesso nesse período.

18 - AD - UBERABA

Saiu da greve antes das outras ADs em função do comparecimento de docentes que até o momento haviam se omitido da greve.

Após a greve houve apenas uma assembléia com 43 docentes (de 104), tendo como tema a sucessão da direção.

Considera difícil uma paralisação esse ano, sendo mesmo difícil uma de um dia.

PROPOSTAS

1- Da Diretoria para o setor das autarquias

Item 3 - Que se espere uma resposta do MEC até o dia 23/10

Adendo 1 - Que se realizem reuniões das ADs após o dia 25/10 para avaliação.

Adendo 2 - Que se realizem articulações com o 1º e 2º grau para atuação em favor da implementação da emenda João Calmon.

Adendo 3 - Que os documentos referidos nos itens 6, 7 e 8 sejam enviados a Agripino Maia, como representante dos 10 governadores do nordeste.

Que todas as ADs contatem os respectivos governadores e órgãos colegiados para o envio dos documentos.

2 - Da diretoria para os grupos setoriais

Adendo 1: Que o dia 25/10 tenha o caráter de denúncia e de protesto.

PROPOSTAS DA DIRETORIA PARA O SETOR DAS FUNDAÇÕES

As IES fundacionais desenvolvem no momento sua luta dentro de dois grandes eixos:

- A - CAMPANHA SALARIAL.
- B - LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO.

Dentro da CAMPANHA SALARIAL, propomos:

1 -Articulação com os outros setores da ANDES a partir dos 5 pontos básicos para unificação, estabelecido pelo segundo Encontro Nacional - SINPROs-ADs particulares e fundacionais:

- 100% do INPC
- Recomposição das perdas salariais.
- Reajuste trimestral.
- Estabilidade de emprego e carga horária.
- Unificação da data-base.

2 - Desenvolvimento de uma CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA NACIONALMENTE para 1985, a partir dessa articulação. Para tanto sugere-se a intensificação de contatos visando a criação de mecanismos informais de consulta regionais com as demais ADs, SINPROs e ANDES, para a divisão da luta na região.

3 - Dar continuidade à luta pela correção das curvas salariais, buscando os 100% do INPC.

No que diz respeito à LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO sugere-se:

- 1 - O empenho no combate à tentativa de ressuscitar a Lei nº 6.733 (Parecer do CFE).
- 2 - Realizar uma avaliação do processo sucessório nas Fundações.

É importante ressaltar que o PROJETO DE LEI DE EQUIPARAÇÃO continua no Congresso e o MEC ainda não se pronunciou acerca de sua retirada, proposta pelo CRUB. O setor deve continuar atento à questão, estudando formas concretas de pressão.

PROPOSTA DA DIRETORIA PARA OS GRUPOS SETORIAIS

Dia Nacional de Paralisação em Defesa da Universidade

Considerando a atual situação onde o MEC e o Governo procuram protelar o atendimento das reivindicações dos professores e descumprem a Constituição da República não aplicando os recursos devidos ao Ensino, conforme reza a emenda João Calmon, a Diretoria da ANDES propõe para a discussão de todos os setores do movimento:

1 - Realização no dia 25/10 de um Dia Nacional de Paralisação em Defesa da Universidade.

2 - O eixo da paralisação é a exigência do cumprimento pelo governo de que dispõe a emenda Calmon, ainda este ano.

3 - Realização, nessa data, de ato público nacional, por meio do qual o movimento docente - ANDES e ADs de todos os setores e de todas as regiões - espera retomar a iniciativa do processo.

Este ato será constituído pela entrada conjunta em juízo de ações legais exigindo o cumprimento do dispositivo constitucional.

Propõe-se a mais ampla divulgação possível do ato, por intermédio dos meios de comunicação e das assembléias.

Recomenda-se que cada setor mobilize para a paralisação acoplando ao eixo geral suas reivindicações específicas em defesa da universidade pública e gratuita e do padrão único de universidade proposto pela ANDES.

4 - As ADs encaminhem representantes para a reunião da CBE.

Cuiabá -MT, 6 de outubro de 1984.

MANIFESTO À NAÇÃO

A ANDES por deliberação do X Conselho Nacional de Associações Docentes - CONAD, considera fundamental o posicionamento claro quanto à conjuntura política nacional e particularmente à sucessão presidencial.

Os docentes reafirmam de forma categórica que as eleições livres em todos os níveis, e em especial para a Presidência da República, são absolutamente necessárias para o processo de democratização do país. Não apenas pela garantia do direito formal de voto, mas por abrirem o espaço para a intervenção dos setores organizados do movimento popular e democrático no centro do cenário político nacional.

Na campanha nacional pelas Diretas Já, o avanço e a força dos movimentos sociais organizados alteraram o conteúdo da própria campanha, superando seu caráter meramente liberal e transformando-a em enérgica contestação e claro repúdio do regime militar.

Apesar do rumo tomado pela questão sucessória, essa participação deixou saldos inquestionáveis na ampliação das bases sociais desses movimentos e na maior afirmação da cidadania já realizada pelas massas trabalhadoras na história do país. O profundo isolamento do governo e a pulverização de seu partido são conseqüências diretas dessa afirmação.

Os docentes reafirmam seu repúdio ao Colégio Eleitoral, casuisticamente montado para garantir a continuidade do regime. O processo indireto é ilegítimo e espúrio não apenas por contrariar a expressa vontade da maioria da população brasileira mas por excluir da definição dos rumos da vida política nacional os setores organizados da sociedade civil e dos trabalhadores da cidade e do campo.

A manutenção a todo custo do processo sucessório indireto representou o último recurso do regime e das elites conservadoras para barrar o avanço das forças populares e democráticas organizadas.

O Colégio Eleitoral representa o único fio de possibilidade de vitória da candidatura Maluf. Candidatura que representa a perspectiva de um retrocesso institucional que, na atual crise política e econômica, poderá levar o país a uma crise social de conseqüências imprevisíveis. Maluf significa a entrega total das riquezas nacionais ao capital internacional e o conseqüente abandono de qualquer interesse ou apoio à educação, ciência e tecnologia nacionais. Significa, como já demonstrou em São Paulo, a perspectiva de destruição da universidade pública, do arrocho salarial sem precedentes e da intervenção truculenta na universidade. A única posição possível em relação à candidatura Maluf é aquela que vem sendo assumida pela maioria da população: absoluto e total repúdio.

O perfil hoje assumido pela candidatura Tancredo Neves, por meio da composição de forças presentes na Aliança Democrática, tem como fator determinante uma linha de compromissos definida pela correlação das forças representada no Colégio indireto, que não reflete absolutamente aquela

existente no conjunto da sociedade brasileira. Explica-se assim a composição com setores declaradamente reacionários, como os representados por Geisel e Armando Falcão, ou marcadamente conservadores como a Frente Liberal. A heterogeneidade das forças representadas nessa aliança, além de seu perfil dominante conservador, tem obrigado o candidato a permanecer em formulações genéricas sobre as questões políticas nacionais e particularmente sobre a educação e a universidade.

Uma alteração significativa no atual quadro político dependerá essencialmente da retomada da articulação autônoma e independente dos setores organizados da sociedade para reafirmar claramente à Nação as suas propostas e reivindicações: eleições diretas, liberdade de organização partidária, independência e autonomia sindicais, direito de greve, fim da Lei de Segurança Nacional, mudança da política econômica e o rompimento com o FMI, a implantação efetiva do ensino público e gratuito em todos os níveis. Essas reivindicações permanecerão qualquer que seja o próximo governo.

A condição para transformar um possível governo Tancredo Neves, num período de transição democrática - isto é, não baseada na exclusão das massas, como pretendem as forças conservadoras - está dada apenas na capacidade que tenha o movimento dos trabalhadores e as entidades democráticas de ocupar novamente, e desde já, o seu espaço no cenário político.

O movimento docente reafirma que não abrirá mão do seu compromisso de lutar pela responsabilização do Estado na manutenção do ensino público e gratuito em todos os níveis e pela construção de uma universidade autônoma e democrática - única condição de colocá-la a serviço dos interesses das massas trabalhadoras do país. O movimento docente continuará buscando articulação com o movimento sindical para lutar de forma integrada por condições dignas de vida e trabalho e pelo direito a uma estrutura sindical submetida apenas à vontade democrática expressa dos trabalhadores.

A ANDES se dirige à Nação para afirmar a necessidade de uma ampla articulação das entidades e movimentos democráticos para lutar pela democratização efetiva da vida política brasileira e pela soberania nacional.

Cuiabá, 7 de outubro de 1984.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Em 31/8/1984

(+) RECEITAS		
Contribuição de Associados		52.378.625
(-) DESPESAS		
Despesas Administrativas		
Ordenados e salários	1.610.040	
INPS	393.854	
FGTS	109.883	
PIS s/Folha de Pagamento	9.449	
Diárias	4.933.163	7.056.389
Serviços de Terceiros		
Conta telefônica	6.828.963	
Correios e Malotes	820.799	
Serviços Avulsos	3.004.289	
Honorários profissionais	1.722.000	12.376.051
Despesas Gerais		
Viagens e representações	20.170.309	
Material p/escritório	183.460	
Copa, cozinha e refeitório	10.550	
Combustível e lubrificantes	283.170	
Gastos com condução	648.545	21.296.034
Outras despesas		
Contribuições e doações	100.000	
Despesas com xerox	458.880	
Despesas legais, cartoriais	226.409	
Jornais, Rev. e publicações	91.439	
Divulgações	3.461.097	
Participação em Congressos	40.000	
Despesas diversas	21.768	4.399.593
Despesas financeiras		
Despesas bancárias		117.984
(=) Superávit no período		7.132.574

Benedito Tadeu César
1º Tesoureiro

Geraldo A. M. de Oliveira
Contador
CRC-ES 3684 - CPF 493532257-87

BALANCETE PATRIMONIAL
Em 31/8/1984

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades		
Caixa	1.730	
Bancos conta movimento	6.295.867	6.297.597
Valor a realizar		
Investimentos em formação		481.594
		6.779.191
ATIVO PERMANENTE		
Imobilizado		
Máquinas e equipamentos	355.387	
Móveis e utensílios	119.600	
Direito sobre telefones	268.900	743.887
		7.526.078
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Empréstimos de Terceiros		291.732
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social	6.922.626	
Superávit do período	7.132.574	
(-) Suprimentos a comprovar	6.823.854	7.231.346
		7.523.078

Vitória - ES, 20 de setembro de 1984

Benedito Tadeu César
1º Tesoureiro

Geraldo A. M. de Oliveira
Contador
CRC-ES 3684 - CPF 493532257-87

PREVISÃO DE DESPESAS/INVESTIMENTOS
Outubro/84 a fevereiro/85

DESPESAS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Ordenados e salários	3.649.800	
IAPAS	1.447.839	
FGTS	291.984	
PIS	36.498	
Diárias	6.000.000	11.426.121
SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Telefone e Telex	6.000.000	
Correios e Malote	600.000	
Serviços Avulsos	8.000.000	
Honorários profissionais	2.750.000	17.350.000
DESPESAS GERAIS		
Viagens e representações	33.000.000	
Material para escritório	500.000	
Copa, cozinha e refeitório	100.000	
Combustíveis e lubrificantes	300.000	
Gastos com condução	200.000	34.100.000
OUTRAS DESPESAS		
Contribuição e doações	100.000	
Despesas com xerox	600.000	
Jornal, rev. e publicações	100.000	
Divulgação	10.000.000	
Participação em congressos	100.000	10.900.000
DESPESAS FINANCEIRAS		
Despesas bancárias		200.000
INVESTIMENTOS		
Ações (compra de telefone)	1.203.985	
Móveis e utensílios	1.000.000	2.203.985
		76.180.106

Cr\$ 700,00	x 22.000	= Cr\$ 15.400.000	X 5	= Cr\$ 77.000.000,00
Valor da contribuição por associado	Nº médio de associados pagantes	Arrecadação provável por mês	mês	Arrecadação total provável em cinco meses

Região Norte (AM, PA, AC)		
Associações - SIGLA	Nº de Associados	Situação
1- Assoc. Doc. U.R. - ADUFAC	152	Pago até setembro - crédito de 59.084,00 para outubro
2- Assoc. Doc. U.F. do Pará - ADUFPA	870	Desde maio 84 - mais 7 cotas de 30.000,00 para CNG
3- Assoc. Doc. Fac. C. Agrária PA - ADUFCAP	80	Deve agosto/84 - mais 12 cotas de 15.000,00 p/ CNG
4- Assoc. Doc. U. Amazonas - ADUA	551	Em dia
5- Assoc. Doc. U. Rondônia	Sem informação	Deve desde janeiro/84
Região Nordeste I (MA, PI, CE)		
1- Assoc. Prof. U.F. Maranhão - APRUMA	200	Nunca pagou
2- Assoc. Doc. U.F. Piauí - ADUFPI	724	Deve desde maio/84 - mais recibo de contrib. de março/84
3- Assoc. Doc. U.F. Ceará	550	Em dia
Região Nordeste II (RN, Paraíba e Pernambuco)		
1- Assoc. Doc. U.F. - ADURN	1063	Deve desde julho/84 - mais 11.500,00 de diferença 519.000,00 para 531.500,00
2- Assoc. Doc. Esc. Sup. Agr. Mossoró - ASPESAM	71	Em dia - mais 8 cotas de 15.000,00 para CNG.
3- Assoc. Doc. U.F. Paraíba - JP - ADUFPB-JP	925	Deve agosto/84 - mais 1 cota de 30.000,00 para CNG.
4- Assoc. Doc. U.F. Paraíba - ADUCPB-CG	710	Em dia
5- Assoc. Doc. Fund. Univ. Reg. NE - ADFURNE		Todo 83/84
6- Assoc. Doc. U. Reg. Nordeste - ADURNE	Sem informação	Todo 83/84
7- Assoc. Prof. Cajazeiras - ASPEC	28	Deve desde set/83 - mais 12 cotas de 15.000,00 para CNG - mais 1.200,00 - Telex-CNG.
8- Assoc. Doc. U.F. Pernambuco - ADUFEPE	800	Deve desde julho/84 - mais recibo de março/84.
9- Assoc. Doc. U.F. Rural Pernambuco - ADUFERPE	229	Deve desde julho/84 - mais 4 cotas de 15.000,00 para CNG - mais 11.504,00 - Telex-CNG
Região Nordeste III (AL, SE, BA)		
1- Assoc. Doc. U.F. Alagoas - ADUFAL	450	Desde janeiro/84 - mais 8 cotas de 30.000 para CNG
2- Assoc. Doc. U.F. Sergipe - ADUFS	225	Desde agosto/84
3- Assoc. Prof. U.F. Bahia	1582	Desde junho/84
4- Assoc. Doc. U. Feira de Santana - ADUFS	242	Desde junho/84
Região Centro (GO, MS, MT, DF)		
1- Assoc. Doc. U.F. Goiás - ADUFG	864	Desde junho/84
2- Assoc. Prof. U. Cat. Goiás - APUC	419	Desde agosto/84
3- Assoc. Doc. U.F. Mato Grosso - ADUFMAT	700	Desde set/84
4- Assoc. Doc. U.F. M. Grosso do Sul - ADUFEMS	250	Desde junho/84
5- Assoc. Doc. U. de Brasília - ADUnB	300	Desde junho/84
Região Leste (MG, ES)		
1- Assoc. Prof. U. Belo Horizonte - APUBH	1.350	Deve agosto/84 - mais 1 cota de 30.000 para CNG

2- Assoc. Prof. Ens. Superior J. de Fora - APESJF	570	Desde junho/84
3- Assoc. Doc. U.F. Uberlândia - ADUFU	641	Desde maio/84
4- Assoc. Prof. U.F. Viçosa - ASPUV	500	Desde dez/83 - mais 1 cota de 15.000 p/CNG - mais 18.344- Telex-CNG
5- Assoc. Prof. E. Sup. Agr. Lavras - ASPESAL	133	Desde julho/84
6- Assoc. Doc. Esc. F. Engenharia Itajubá	155	Desde outubro/83 - mais 1 cota de 15.000 para CNG.
7- Assoc. Doc. U.F. Espírito Santo - ADUFES	825	Em dia - mais 1 cota de 30.000 para CNG
8- Assoc. Doc. U.F. Ouro Preto	Sem informação	Desde jan/84
9- Assoc. Doc. U.F. Diamantina	Sem informação	Sem informação - mais 6 cotas de 15.000 para CNG - mais 118.798,00 Telex-CNG.
10- Assoc. Doc. U.F. Uberaba	88	Desde julho/84
Região Rio de Janeiro		
1- Assoc. Doc. U. Santa Ursula - ADUSU	330	Desde julho/84
2- Assoc. Doc. U.F. do Rio de Janeiro - ADUFRJ	1.553	Desde julho/84
3- Assoc. Doc. PUC RJ	413	Desde agosto/84
4- Assoc. Doc. Fac. Notre Dame	47	Desde maio/84
5- Assoc. Doc. U.F. Fluminense - ADUFF	1.189	Desde jan... mais 6 cotas de 30.000 para CNG - mais 42.588
6- Assoc. Doc. U.F. Rural do Rio de Janeiro - ADUR-RJ	305	Desde maio/84.
Região São Paulo		
1- Assoc. Prof. PUC/SP - APROPUC	800	Em dia
2- Assoc. Doc. U. de São Paulo - ADUSP	310	Desde abril/84
3- Assoc. Doc. Esc. Paulista de Medicina - ADEPM	412	Em dia
4- Assoc. Prof. PUC/Campinas - APROPUCC	670	Desde julho/84
5- Assoc. Doc. U. Estadual de Campinas	1.000	Desde julho/84
6- Assoc. Doc. U. Metodista de Piracicaba - ADUNIMEP	205	Em dia
7- Assoc. Doc. U.F. São Carlos - ADUFSCar	439	Em dia, crédito de 34.088,48 (descontando telex de 29.592,00 do CNG) - mais 29.592,00 - Telex-CNG
8- Assoc. Doc. U. J. Mesquita F. - ADUNESP	500	Desde janeiro/84
Região Sul (SC, RG e PR)		
1- Assoc. prof. U. Santa Maria - APUSM	1.003	Desde junho/84
2- Assoc. Doc. U.F. RGS - ADUFRGS	1.100	Agosto/84 - mais 2 cotas CNG de 30.000,00 - mais 38.766,00 - Telex-CNG
3- Assoc. Doc. U. Rio dos Sinos - ADUNISINOS	410	Desde junho/84
4- Assoc. Doc. U.F. Pelotas - ADUFPel	524	Desde maio/84
5- Assoc. Prof. U.R. Grande - APROFURG	406	Agosto/84 - deve da prestação de julho/84, 15.716,00
6- Assoc. Prof. PUC-RS - ADPUC-RS	320	Desde fev/84
7- Assoc. Doc. U. Caxias do Sul	100	Desde fev/84
8- Assoc. Prof. U.F. Santa Catarina - APUFSC	1.308	Em dia
9- Assoc. Prof. U. Estadual Londrina - APUEL	548	Desde maio/84 - pagou por meio de O.P. em 29/8/84 Cr\$ 360.000,00. Sua

		contribuição, pelo nº de associados é de 274.000,00. Assim, para maio ficou com crédito de 86.000,00
10- Assoc. Prof. U.F. Paraná - APUFPR	1860	Agosto/84
11- Assoc. Doc. U. Estadual de Maringá - ADUEM	315	Desde jan/84
12- Assoc. Doc. de Ijuí - ADUI	Sem informação	Desde maio/84
13- Assoc. Doc. Cesulon - ADOCE	147	Desde abril/84

PROPOSTA DA DIRETORIA DA ANDES-SN PARA GRUPOS MISTOS NO X CONAD

Cuiabá, 6 de outubro de 1984.

Documento base para a discussão nos grupos do item 1.1 - A sucessão
presidencial.

A conjuntura nacional, marcada pela permanência da crise econômica pelo agravamento a níveis sem precedentes na história do país exige, antes de mais nada, um esforço de análise acurada dos seus desdobramentos e de reavaliação das possibilidades de intervenção dos setores organizados da sociedade.

É imperioso reconhecer que o regime recuperou o controle do processo sucessório, pela via indireta por meio do Colégio Eleitoral, afastando os perigos que representariam as eleições livres e diretas já. Por outro lado, o surgimento da candidatura Tancredo Neves como oposição ao governo e em condições de ganhar no Colégio, representa um preço muito alto para garantir a via indireta, que alguns setores do regime ainda não estão convencidos a pagar.

Quanto a Maluf, está em seu único terreno possível o das indiretas - e vê frustradas suas tentativas de buscar o mínimo de apoio social necessário para provar sua capacidade de contornar a indignação e revolta da população aos setores empresariais que o apóiam.

O pacto das elites fez desaparecer do cenário político e militar o povo organizado, substituindo o povo massas de apoio (ou de repúdio) aos candidatos. As entidades e movimentos que participaram ativamente da Campanha das Diretas sabiam assim como regime e as elites, que tal conquistas representaria uma possibilidade de ingresso de amplos setores organizados da população na definição de um novo quadro político, econômico e social do país.

A disputa ferrenha dos votos do Colégio Eleitoral envolve os políticos e absorve as energias partidárias, enquanto o movimento amplo das categorias de trabalhadores é deixada de lado. A aceitação do Colégio Eleitoral generaliza-se e a possibilidade concreta de por em pauta alguma emenda que trate das Diretas Já é cada vez mais retoma.

A articulação dos setores conservadores, que já garantiu em abril a insuficiência de votos para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, subsiste (redefinido) e garante o processo eleitoral indireto hoje. Diante desse quadro, o movimento docente deve se posicionar de forma clara e conseqüente.

Em primeiro lugar, é necessário reafirmar a absoluta convicção de que somente um processo eleitoral livre e direto pode desencadear mudanças expressivas na situação política e econômica nacional. E que tais transformações não decorrerão simplesmente de um presidente formalmente comprometido com mudanças, mas do espaço político real que as entidades e organizações populares terão para se expressar e intervir nas políticas desse governo.

Ao movimento docente não cabe apoiar este ou aquele candidato, nem alimentar a ilusão de participar da elaboração de plataformas políticas de fato

definidas nos gabinetes. Do ponto de vista da política para a educação, Maluf já demonstrou sua posição como governador de São Paulo (defesa do ensino pago, arrocho salarial, intervenção na UNICAMP) e sua indiferença em relação às reivindicações organizadas dos trabalhadores e dos professores em particular. É preciso buscar posicionamentos precisos de Tancredo Neves, cujas declarações sobre a universidade tem sido, no mínimo, genéricas e infelizes. É preciso reafirmar as propostas que os professores do ensino superior vem colocando há anos.

É essencial manter e rearticular as formas organizadas dos movimentos populares e sindicais - de maneira autônoma e independente e fazer valer suas propostas e reivindicações seja qual for o próximo governo. Só assim a perspectiva de transição com o novo governo começará a ganhar conteúdo democrático e popular.

PLANEJAMENTO DA COMISSÃO DE POLÍTICA DE SAÚDE

- 1 - Exposição de motivos para justificar a constituição de comissões de saúde na ANDES e nas ADs.
- 2 - Aprovação do regulamento da comissão de saúde.
- 3 - Criação de comissões locais de saúde pluridisciplinares
- 4 - Relação de subáreas englobadas pelo setor saúde: medicina, odontologia, enfermagem, psicologia, fonaudiologia, ortopedia, terapia ocupacional, fisioterapia, nutrição, farmácia, saúde pública, medicina veterinária e, eventualmente, serviço social, educação física e engenharia sanitária.
- 5 - Estabelecimento dos campos prioritários de ação:
 - 5.1 - Promoção da saúde;
 - 5.2 - Ensino na área da saúde;
 - 5.3 - Assistência na área da saúde;
 - 5.4 - Pesquisa na área da saúde;
 - 5.5 - O docente na área da saúde.
- 6 - Levantamento dos problemas específicos de cada subárea para cada um dos tópicos do item 5, por meio de questionários a serem enviados às ADs.
- 7 - O hospital universitário.
- 8 - Encontro nacional de docentes na área da saúde.
- 9 - Espaço no boletim da ANDES e elaboração de revista anual.
- 10 - Acolhimento de sugestões e propostas das comissões locais.
- 11 - Criação de um banco de dados para a área da saúde.

DOCUMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Ofício Circular nº 013/84-SG

Florianópolis, 18 de setembro de 1984

Da: Secretaria Geral

Para: ADs e Diretores

Assunto: Convocação do X CONAD

Companheiros:

De acordo com as decisões do IX CONAD e da reunião da diretoria realizada em 18 e 19 de agosto, convocamos o X CONAD para realizar-se no período de 5 a 7 de outubro, na cidade de Cuiabá - MT, sob a organização da ADUFMAT.

Para tanto, formulamos a seguinte proposta de pauta e organização dos trabalhos, a ser deliberada na Plenária de Instalação:

Pauta

1 - A conjuntura nacional e movimento docente.

1.1 - sucessão presidencial

1.2 - A participação do movimento sindical

2 - As lutas setoriais

2.1 - A realização de campanhas salariais intersetoriais (estaduais fundações, particulares e federais fundações).

2.2 - Avaliação da greve, trabalho da Comissão CRUB, encaminhamentos (autarquias federais).

3 - Verbas e Democratização.

4 - Questões organizativas e financeiras

4.1 - A definição do índice de reajuste da mensalidade.

4.2 - Implementação de fontes alternativas de captação de recursos.

4.3 - Contrato de prestação de serviços com a corretora de seguros.

4.4 - Rateio dos custos do CONAD.

4.5 - Local, data, pauta do IV Congresso da ANDES-Sindicato Nacional
Observações.

a) No que diz respeito ao item 1.2, é importante lembrar que por decisão do Congresso de Piracicaba, o próximo Congresso deverá tomar decisão sobre a filiação da ANDES a uma central sindical.

b) Sugere-se que as ADs tragam avaliações da greve por escrito para que, além de facilitar a discussão, seja possível sua posterior publicação.

c) No que diz respeito ao item 3, deverá ser dada continuidade ao trabalho e da discussão feita no IX CONAD sobre o tema: A Universidade hoje: financiamento e democratização (veja relatório).

d) Por deliberação do IX CONAD, as ADs que se propõe a sediar o IV Congresso da ANDES deveriam remeter planos de viabilização financeira para a Diretoria até 30 de agosto de 1984. Tendo o cumprimento deste prazo se tornado inviável para as ADs, solicitamos que as ADs interessadas em sediar o próximo Congresso remetam seus planos de viabilização à tesouraria (prof. Tadeu), para que possa ser feita uma estimativa do custo de passagens, até o dia 28 de setembro (data de postagem).

II - ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Sexta-feira - dia 5 - Plenárias de abertura e instalação

Horário: 20 horas

Sábado - dia 6

9h às 12h30 - Grupos mistos (temas 1, 3 e 4)

12h30 às 14h30 - almoço

14h30 em diante - Grupos setoriais

- Grupos intersetoriais (fundações estaduais, particulares, fundações, federais)

Domingo - dia 7

9h às 18h - Plenárias (temas 1, 2, 3 e 4)

- Plenária final

Observação - Dada a evidente necessidade de trabalho até as 18 horas de domingo, solicitamos que as passagens de retorno não sejam marcadas para antes desse horário.

As informações sobre a organização do evento podem ser obtidas junto à entidade-sede:

ADUFMAT - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso

Rua Fernando Correa s/nº - Caixa Postal 3055

Cidade Universitária - Coxipó da Ponte

78100 - Cuiabá - MT

Telefone (65) 361-2211 - Ramal 125

Aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas mais cordiais

Saudações

Prof. Raul Guenther
Secretário Geral

DA: ANDES - Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
PARA: Associações de docentes Telex nº

Comunicado da reunião conjunta das autarquias e fundações realizada em Brasília, no dia 2 de setembro de 1984.

ADs presentes:

Autarquias: Pará, Bahia, Rio (UFF, UFRJ), Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Paraíba (João Pessoa e Campina Grande), Rural de Pernambuco, Goiás, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, São Paulo (EPM), Rio Grande do Sul (Santa Maria) e Ceará.

Fundações: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Uberlândia, Brasília, São Carlos e Rio Grande.

Obs.: Apresentamos a seguir uma síntese dos pontos principais que retiramos como avaliação dos informes das ADs e da Comissão do CRUB. Informes mais detalhados serão encaminhados pela SG/ANDES, via correios.

1 - INFORMES DAS AUTARQUIAS

- Acompanham o trabalho da Comissão do CRUB sem expectativa otimista sobre os resultados; possibilidade de definição mais favorável depende da continuidade da pressão;
- A greve fortaleceu as ADs (novas filiações, maior reconhecimento social, etc.)
- Menor grau de mobilização comparativamente ao período da greve; novo calendário foi motivo de amplas discussões internas, exigindo muito esforço das ADs; novo calendário variou muito de instituição para instituição;
- Após a greve houve mobilização interna intensa no sentido de ampliar a participação dos docentes nos órgãos colegiados e nas instâncias internas das ADs (representantes, etc).

2 - INFORMES DAS FUNDAÇÕES

- Primeira manifestação de força do movimento das fundações foi conseguida com a paralisação de 10 fundações, conjuntamente, em agosto;
- Verificou-se o fortalecimento das ADs e integração ao movimento nacional;
- Após o final da greve das autarquias e do movimento das fundações e com a sustação da tramitação do projeto de lei de equiparação no Congresso Nacional, a mobilização do setor sofreu um refluxo no tocante à questão salarial;
- Disposição de luta frente às ameaças de perdas salariais.

3 - INFORMES SOBRE A COMISSÃO DO CRUB

- A ANDES vem procurando agilizar o trabalho da Comissão em seu funcionamento e no relacionamento em outras esferas do MEC e do governo;
- As reivindicações do movimento foram consideradas justas, por unanimidade; seu mérito não é objeto de discussão;

- Tendência predominante a afastar as fundações do âmbito do projeto (ou decreto);
- ANDES está elaborando proposta de decreto-lei único que contempla um reajuste emergencial de 22,75% e equiparação (equivalência) salarial por meio da semestralidade e de reajuste de 24% a ser concedido em 2 anos;
- Comissão tende a elaborar duas propostas de decretos-lei: uma contemplando o reajuste emergencial e a outra tratando da equiparação. A justificativa se funda na urgência do reajuste emergencial e da maior complexidade da equiparação. A ANDES acredita que se trata de uma forma de conceder apenas o emergencial deixando as outras reivindicações de lado. Comissão ainda não discutiu a questão de verbas, mas considera correta as reivindicações da ANDES.
- Continuidade dos trabalhos da Comissão:
- 3 e 4 de setembro - reuniões não-oficiais (informais). ANDES tentará transformar a reunião do dia 4/9 em formal.
- 10 a 14 de setembro - reuniões para conclusão dos trabalhos
- 17 de setembro - Plenária do CRUB para apreciar o documento final da comissão.

INFORME DA REUNIÃO ESPECÍFICA DO SETOR FUNDACIONAL

A base da discussão foi a questão salarial. Considerou-se dois pontos importantes: retirada das fundações do projeto de lei de equiparação salarial e reivindicação de 100% do INPC.

A retirada das fundações é uma tendência unânime entre os membros da Comissão do X CRUB. Isso não assegura necessariamente que o governo aceite não controlar mais os salários das fundações. Importa, pois, que as ADs mantenham os professores informados sobre essa possibilidade e o movimento mobilizado, até que haja uma decisão final por parte do governo.

Estabeleceu-se como luta imediata a aprovação de um projeto que contemple 100% do INPC para todas as categorias e que altera substancialmente a Lei 2065. Dentre esses, está com prioridade o Projeto Nelson Carneiro.

Para as fundações é essencial a aprovação e aplicação do Projeto Já em setembro. Este deve ser o ponto chave de mobilização imediata a partir desta semana com ações externas (contatos com sindicatos, partidos, associações, etc) e internas, por meio de campanha de esclarecimento ressaltando que a não aplicação, em setembro acarretaria uma perda de 20% a 30% dos nossos salários que permaneceria inserida nos reajustes posteriores. Em face disso, algumas ações ficaram definidas:

- 1) Pressão por parte da ANDES e ADs junto aos deputados visando a aprovação urgente do projeto.
- 2) AGs dia 11 ou 12 tirando posição do movimento, na perspectiva de ações conjuntas e unificadas, ainda em setembro, a ser levada à reitoria, ao MEC e ao governo federal.

Sugerimos que as ADs discutam nas AGs uma paralisação nacional conjunta do setor, até final de setembro, para afirmar nossa reivindicação de 100% do INPC já e derrubada da 2065. A reunião nacional do dia 20, em Brasília, deliberará sobre as propostas encaminhadas pelas ADs.

Outro ponto foi o projeto Juarez Bernardes (PMDB-GO) sobre aposentadoria integral dos docentes do ensino superior que será votado próximo dia 19. ADs devem discuti-lo levando posição aos membros do Congresso Nacional.

Recomendamos a participação das ADs no encontro de sindicatos e associações que se realizará na PUC-Campinas dias 8 e 9 de setembro que tratará da reivindicação de 100% do INPC e derrubada da 2065.

ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO III - N.º 19 -

Outubro de 1984

X CONAD propõe

25 de outubro, Dia de paralisação e protesto



O X CONAD propõe que 25 de outubro seja um dia de paralisação e protesto pela aplicação da emenda João Calmon. Um dia para avaliar as respostas às reivindicações e determinar os rumos da luta. Saiba mais sobre o dia 25 e o CONAD nas páginas centrais.

E MAIS

As conquistas nas Estaduais do Paraná (Pág. 3)

Particulares derrubam 2065 (Pág. 4)

A posição da ANDES diante do momento político (Central)

Eleição de reitor nas fundações (Pág. 11)

Autarquias: um ano de descaso

(Última pág.)

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas
Seção Sindical da AnDES - Sindicato Nacional
Rua Maj. Cícero de Góes Monteiro, 101
96.015 - PELOTAS - RS
ADUEPAI - SSIND

EDITORIAL

SUPERAR A CRISE

A crise pela qual passa a universidade brasileira certamente não está ligada apenas às péssimas condições de trabalho, ou ao autoritarismo que ainda impera em muitas instituições. Mas, sem dúvida, estes elementos compõem parcela importante desta crise.

Os baixos salários e a falta quase que completa de recursos para desenvolver ensino, pesquisa e extensão, provocam, não só a desilusão e a frustração profissional, como também a saída de colegas cuja formação demorou muitos anos. Contra isso lutamos nas autarquias numa greve de 84 dias, fruto do descaso governamental.

A espolição salarial dos docentes nas universidades e escolas particulares obriga a multiplicação de empregos, remunerados por hora-aula, que avilta a dignidade. Por isso lutamos por recomposição salarial e pela utilização do INPC integral para reajuste nas IES particulares.

O autoritarismo presente em todas as instituições, fruto dos anos mais negros da nossa história, e que se expressa de forma particular nas universidades fundacionais, onde todos os dirigentes eram nomeados, até bem pouco tempo, impediu o livre debate, emperra as iniciativas, corta a criatividade pela raiz. Contra ele lutamos de forma destacada nas fundações realizando em processo de eleições diretas dos reitores, unificado nacionalmente.

A tentativa de descomprometer-se com a manutenção dos setores sociais, entre eles a educação e

a universidade, reproduz-se nas mais diversas circunstâncias, como bem demonstra a luta de docentes e servidores paranaenses.

A luta dos docentes no seu dia-a-dia pode não revelar toda a extensão da crise, mas mostra seu aspecto fundamental: os docentes querem uma universidade em que tenham condições de trabalhar, que seja democrática e autônoma condição essencial para que ela esteja voltada para os interesses da maioria da população, enquanto o governo mantém sua ofensiva no caminho de inviabilizar a universidade pública e gratuita.

Este Boletim retrata essa luta e suas perspectivas. Mostra que importantes vitórias, conquistas e avanços foram obtidos no período. Indica também que há muito por fazer para superar as precárias condições de trabalho, a repressão, o boicote à participação, para que possamos desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão com a qualidade que buscamos e que a realidade do país exige.

Diante de uma conjuntura em que, para a escolha do Presidente da República, busca-se por todos os meios substituir a população brasileira por um colégio eleitoral, cuja composição não reflete em absoluto as forças políticas e aspirações da sociedade, fica bastante claro que só a continuidade da luta pelas nossas reivindicações, levada adiante de forma autônoma e independente do Estado, dos partidos políticos, é que possibilitará a superação da crise e a construção de uma universidade autônoma e democrática.

OPINIAO

O movimento sindical em debate

Carlos Martins

O movimento docente tem enfatizado, e isso se vê acuradamente, a necessidade de intervir junto às articulações em que se divide o movimento sindical brasileiro para fazer valer os princípios básicos do encaminhamento unitário das lutas concretas de interesse dos trabalhadores, do não abandono da perspectiva de unificação formal do sindicalismo em uma central nacional unitária, e necessidade de incluir de fato como reivindicação do conjunto dos trabalhadores brasileiros o ensino público e gratuito, síntese das reivindicações e propostas formuladas pelo movimento docente ao longo de sua história.

Paralelamente, tem demonstrado reticência ou incapacidade de enfrentar produtivamente o debate sobre a filiação do ANDES a CUT ou a CONCLAT. Essa deliberação tem sido sistematicamente adiada em função de não haver ainda "suficiente informação e posicionamento dos bases para que tal filiação correspondesse à realidade deles", (Resolução do III Congresso, pág. 4).

Admitindo que esta posição não seja excusa para evitar definições mas uma constatação realista, cabe perguntar porque uma entidade - um movimento - que realiza quatro greves nacionais e outras tantas localizadas, que acumula incontestáveis vitórias de caráter trabalhista, que ocupa um espaço significativo na cena política nacional, tem sido incapaz de levar os seus bases a informação que lhes permita o posicionamento.

O avanço que o próximo congresso deve realizar não é necessariamente a definição de filiação, mas, pelo menos, o início da resposta a esta pergunta. Para assumir este debate nos arxivamos a avançar algumas ideias.

Informação e definição das bases não significam necessariamente a ausência do conjunto dos professores - o que não existirá, mas uma tendência claramente majoritária da base real da entidade, no seu, mesmo período do professorado que constrói o movimento, que sustenta as entidades, participa das assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição ou indecisão - desse setor ativo e participante do professorado não se deve a maneira inventiva e exterior com que a questão tem sido colocada. Expliquemos isso. Em lugar de escrever artigos ou promover debates em que as diferentes concepções do movimento sindical

se apresentam à universidade de fora para dentro e distantes das questões concretas dos professores enquanto categoria profissional específica - devemos começar a pensar e debater a questão de dentro para fora. Ou seja, pensar a que significa e o que concretiza o movimento docente enquanto movimento sindical que inevitavelmente é. É a partir daí propriamente concretas para rejeitar sua articulação no movimento sindical mais geral.

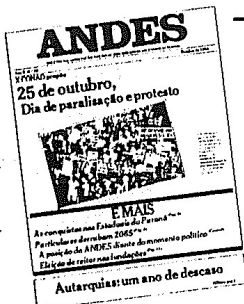
Cabe nos pensar a que representa o ANDES enquanto estrutura de entidade sindical e o partir daí definir o seu relacionamento com as estruturas mais gerais. O movimento docente opta conscientemente por ter uma entidade marcada pela democracia interna e apoiada nas organizações por local de trabalho, pela independência concreta frente ao Estado, pela dependência exclusiva da constituição voluntária de seus associados para a sua sustentação financeira, pela não filiação sindical de seus dirigentes, pelo impedimento a recondução sucessiva em cargos de direção, etc. Não constitui isso uma clara definição e posicionamento de "paralelismo sindical", etc, não são questões técnicas, mas dilemas concretos a serem resolvidos no enfrentamento cotidiano das lutas da categoria. É significativa o texto aprovado, por unanimidade, na II Encontro Nacional de ADs e SINPROs, "Estruturalmente os sindicatos e associações representam movimentos e condições distintas do processo de organização da categoria. A ação dos sindicatos compromete-se, independentemente e do caráter de seus dirigentes, pela sua estrutura antide-mocrática e burocrática, reflexo principalmente de seu attachment ao Ministério do Trabalho. As ADs por sua vez têm seu perfil definido pelo local de trabalho e limitado ao 3.º grau (...). O movimento

docente deve apontar, através das ADs, dos sindicatos e do ANDES, rumo à independência e à autonomia em relação à ingerência do Estado, de partidos políticos ou de organizações religiosas. Essa nova estrutura sindical (...) deve estar organizada de forma democrática, apoiar-se na organização por local de trabalho e concretizar a unificação dos trabalhadores em uma organização nacional unitária". Em outros palavras, não se resolverá a oposição entre ADs e SINPROs se não por uma redefinição global da estrutura sindical onde possivelmente tanto uns quanto outros desaparecerão enquanto sua forma atual.

Pensamos ainda, por exemplo, como a questão sindical tem sido reduzida ao nível dos setores anárquicos, setoriais e estelares. O movimento tem afirmado a relevância da direita a simulação para os funcionários públicos. Inevitavelmente posto se pensou como projeto a hipótese de desmembramento e repressão. Cabe entretanto perguntar o que significa concretamente para os professores dos setores anárquicos, setoriais e estelares a "direita" de ter os sindicatos (CUT, de encabeçar os ADs anárquicos sob a "suposição de "paralelismo" que não vale suas concepções particulares? Estamos defendendo o pagamento compulsório por toda a categoria de uma taxa sindical e taxa associativa, a liberação dos dirigentes?

Este debate é necessário e indispensável. Não porque o próximo congresso deva necessariamente optar pela filiação a CUT ou a CONCLAT mas porque não deve definir mais uma vez, em função da falta de informação e definição da luta de informação e definição - vale dizer, ser um debate realmente realizado.

Porém fundamentalmente porque a realidade e a clareza de uma proposta de independência e autonomia sindicais, de direito de greve, etc, são uma das questões decisivas a marcar a possibilidade de superação do processo de transição como um período de transição democrática. Não se trata mais, portanto, de uma questão técnica superável mediante a respeito pluralista a adversidade das concepções presentes mas de uma problemática política central para demarcar o espaço que caberá às massas trabalhadoras na nova ordem institucional, problema que exigirá respostas claras e precisas.



BOLETIM ANDES

EXPEDIENTE

BOLETIM DA ANDES
Órgão oficial da
Associação Nacional dos
Docentes de Ensino Superior
Editado sob a responsabilidade da Secretaria Geral

Campus Universitário-
UFSC-88.000
Tel (0482) 33-1635

Telex (0482) 240
Edição e diagramação:
M U L T I M E D I A -
Comunicação Ltda

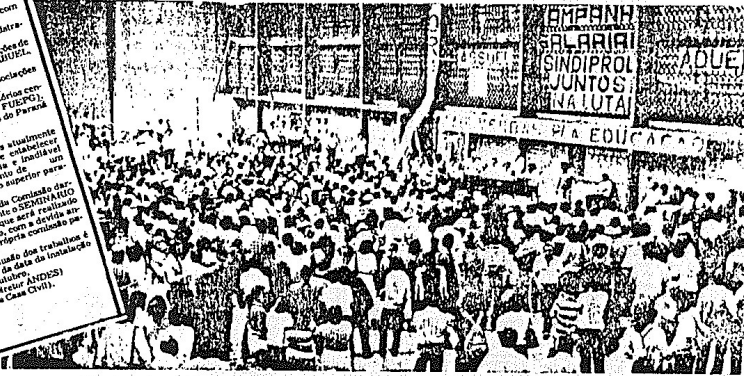
Jornalista Responsável:
Ivan Luiz Gacomelli
Reg. Prof. n.º 166/ DRT-SC
Colaboraram nesta edição:
Carlos Martins, Sidney Sol-

lis,
Emmanuel Appel, Newton
Neto,
Maria José Riberio, Sadi Dal
Rosso

Impresso no Jornal
Gazeta do Povo-Pr
Tiragem: 46 mil exemplares
Circulação Nacional

Paraná: luta unificada é vitoriosa

Andes

[illegible]

Docentes e servidores de Maringá e Londrina conseguem, em luta unificada, memorável vitória política, sindical e salarial. Abaixo um histórico da participação dos Andes e da Fnsbra junto com os companheiros da ADUEM, AFUEM, ASSUEL e SINDIPROF:

29/2 - Anden envia ofício ao Governador José Richa, com cópia à Secretaria da Educação, apolando as reivindicações das universidades estaduais (Fuem, Fuel e Fuepg) e solicitando seu atendimento.

5/9 - Participando de debate promovendo pela comissão de Educação da Assembleia Legislativa, em Curitiba docentes e servidores das três universidades retornam com a impressão de que se procurou mostrar que o Estado do Paraná não tem obrigação de custear o ensino do 3.º grau, atribuindo-se esta responsabilidade à Federação. Além da inoportuna proposta da federalização, considerada "corpo estranho no conjunto das reivindicações", os docentes e servidores ouviram também oarrado argumento frequentemente utilizado pelo MEC, de que a prioridade no momento está no 1.º e 2.º graus.

5/8 - Resposta ao ofício da Andes, assinada pelo chefe da Casa Civil, Deputado Euclides Saclio, comunicando que o Governador "sensível aos problemas vivenciados pelas universidades, vêm mantendo contatos com as entidades envolvidas, buscando um denominador comum que possa conciliar os interesses dos professores e os do Governo do Estado".

9/9 - A Andes, os Sindicatos de Professores e as Associações de Docentes, presentes em Campinas durante o II.º Encontro Nacional de AJM e Sinpros, emprestam seu apoio e solidariedade aos docentes e servidores das três universidades em sua luta por melhores condições salariais e de trabalho.

GOVERNO FECHA
QUESTÃO: AUTONOMIA PARA
OS REITORES

10/9 - Governador José Richa, em nota oficial, concede autonomia para as três universidades, del-

xando para os reitores o poder de negociar diretamente com os docentes e servidores as respectivas reajustes salariais. De sua parte, compromete-se a repassar recursos que permitam reajustes de até um máximo de 100% do INPC. Reproduziu-se assim a nível estadual a "desvinculação do DASP (Conselho Deliberativo do Pessoal, CPD, é o DASP das universidades paraenses) e o orçamento global".

11/9 - ADUEM e AFUEM em assembleia unificada decidem entrar em greve mantendo a pauta de reivindicações: 134% de reajuste, 3 minutos de repouso para corrigir as defasagens acumuladas desde janeiro de 1983, 3 minutos de descanso para todos os trabalhadores das universidades. Da 100% do INPC oferecidos pela entidade mantenedora, o Estado do Paraná, não atendiam aos interesses das grevistas não apenas porque correspondiam a 73,6% dos salários deixavam sem resposta 60,2% mais, sobretudo, porque a grande maioria dos servidores, recebendo bem abaixo de 3 minutos, já tinham direito a esse índice.

79 - ADUEPG em assembléa decidiu não entrar em greve. A não participação da entidade dos servidores (ASSUEPG) no movimento reivindicatório contribui em muito para esta decisão da assembléa dos docentes. Avulta-se, no entanto, que com esta participação dos docentes da Ponta Grossa foram estabelecidas as condições para uma posterior unificação das lutas das três universidades.

7/9 - A ADUEI, o SINDIPROI, e a ASSUEI, em assembléa unificada decidem entrar em greve mantendo a mesma pauta de reivindicações, aprovada pelas três universidades no início de agosto.

5 e 20/9 A convite da ADUEL, e da ADUEM, a regional sul da ANDES, através do Prof.ª Anamaria Beck, participou de debates acerca da "autonomia" concedida, questionando a "desvinculação do C/D" e o "reçamento global" com base na receita produzida pelo MD desde 1982 e propondo a não aceleração da autonomia sem democratização.

Autonomia sem democracia, e portanto, sem o correspondente poder para a comunidade universitária exercê-la significa na verdade, autonomia em nome do poder para a burocracia (para reitorias esculpidas em processos anti-democráticos).

20/9 - Diretores da Andes e representantes de Associações de Docentes de Universidades Federais, Autárquicas e Funcionais, reunidos em Brasília, emprestam sua solidariedade ao movimento reivindicatório das três universidades e solicitam do Governo do Paraná uma manifestação positiva, capaz de conduzir à normalização das atividades.

21/9 - Andes e Fambura, considerando essencial a retomada das negociações entre o Estado do Paraná e os docentes e servidores em greve, solicitam ao Governador José Richa que receba em audiência as suas diretorias e as entidades representativas das três universidades.

PRES. ADUEM INICIA GREVE DE FOME
25/9 - Semando no movimento e a organização, coragem pessoal e lu-

elider política, o prof. Fernando Ponte Souza, presidente da Aduem, dá início à sua greve de fome, recusando a autonomia concedida e exigindo a reintegração do governo do Estado nas negociações.

26/9 - Andes solicita a todas as AIDs do país o envio de telegramas ao Governador José Richa, solicitando urgente reabertura das negociações. Junto com a Fusubra entra em entendimento com os Comandos Estaduais em Curitiba.

28 e 29/9 - Andes defende reivindicações do movimento grevista/sem-crefusão com os Srs. Euclides Scalco, Chefe da Casa Civil, e Mauro Maranhão, Procurador Geral do Estado. Procura sobretudo lhes mostrar como a nota oficial de 10 de setembro, desvalorizando a autarquia, não passa na realidade de desvalorização econômica combinada com controle político e também a entrega das docentes e servidores a uma correlação de forças desigual, favorecendo o ilegítimo, corrompido e burocrático. No final da reunião

a Andes apresenta a proposta da comissão paritária:

1/10 - O agravamento do estado de saúde do professor Fernando Pontes Souza, então em seu sexto dia de greve de fome, a chegada de uma caravana de grevistas, sobretudo servidores, vindos de Maringá, ameaçando acampar dilúte do Palácio Iguaçu, a disposição de continuar lutando de forma unificada tanto Londrina como em Maringá e o apoio cada vez maior da população do Norte paranaense pressionam no sentido do reengajamento do governo nas negociações. No final da tarde, devido a greve e a organização dos docentes e servidores, o governo do Estado e a ANDES formalizam a proposta da Comissão Paritária.

2/10 - O professor Fernando P. Souza, com o regresso do governo do Estado nas negociações, suspende sua greve de fome e participa junto com seus companheiros com a ANDES e FASUBIA (Roberto Kugler e Tunia R. Rodrigues) de memorável assembleia no campus da FUEM. Docentes e Servidores respondem a retenção dos pagamentos, punição e ilegalidade decidida pela manutenção da greve e aprovando proposta para o reinício das negociações.

3/10 - Na parte da manhã, reunião da ANDES, FASUBRA, ADUEM, AFUEM e Comando de Greve com a Reitoria da FUEM. Conscientes da força de sua organização docentes e servidores obrigam a Reitoria a aceitar a assembleia como única e soberana instância de decisão e sentam-se na mesa de negociações.

3/10 - No final da tarde, reunião da ANDES, FASUBRA, ADUEL, Sindiprof, ASSUEL e Comando de Greve com a Reitoria no campus da FUEL, prosseguindo durante a noite na casa do Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo M. Agnelo, que atua como mediador. Aí, contando com as perspectivas tranquilizantes pela comissão paritárica, a ANDES obtém compromisso do Governo do Estado no sentido de reconstituí-los montantes repagados às universidades (FUEL, FUEM).

FIM DAGREVE; VITORIA POLITICA, SINDICAL, E SALARIAL.

9/10 - As assembleias de Maringá e Londrina decidem por unanimidade de suspender o movimento unificado do com a avaliação de que a greve fortaleceu a comunidade universitária e visibilizou importantes conquistas políticas, sindicais e sanitárias. A greve foi uma grande vitória; evitou que o Governo do Paraná (mantenedora) se desdobrasse se com o ensino de 3.ª grau fazendo-o de volta à mesa das negociações através da comissão paritárria, comprometendo-o com uma reestruturação;

- possibilitou uma distribuição dos montantes repassados às universidades que se situa entre 96% e 100% do INP; para os docentes os reajustes de até 132,8%, sobre os salários dos servidores que recebiam pouco mais de 1 (um) mínimo;

- consolidou melhores condições de trabalho e criou condições para a democracia da estrutura de poder. Em Londrina foram conquistadas 23 das 36 cláusulas trabalhistas reivindicadas, destacando-se a estabilidade por oito meses, quadro de carreira para os servidores, semestre sabático, creche no campus, 22 passes de ônibus para os servidores durante o mês, luta

cou gula de nove dias. Em Maringá, o compromisso de se iniciar logo em seguida a reformulação do estatuto e dos regimentos internos, passando por um amplo processo de discussão, Em ambas as universidades, a certeza de que a vitória tornou-se possível graças a luta unificada dos docentes e servidores, unificação que trouxe para as assembleias universitárias a divi-

7/10 - Delegados da ADUEM e ADUEI, presentes em plenária final do X.º CONAD, em (União), apresentam em nome de suas assembleias um voto de reconhecimento à diretoria da ANDES, em particular ao prof. Emmanuel José Appel, pela participação na luta dos docentes e servidores das universidades estaduais de Maringá e Londrina.

OUTUBRO DE 1984

BOLETIM ANDES

Particulares

ADs e SINPROs preparam

CAMPANHA SALARIAL 85

Reunidos em Campinas, de 7 a 9 de setembro, representantes de oito ADs, de seis Sindicatos de Professores e da ANDES realizaram o II Encontro Nacional de ADs e SINPROs. Durante os três dias de trabalho discutiram a situação do setor, o relacionamento entre ADs e Sindicatos e deram grande impulso às campanhas salariais deste semestre. O Encontro, que pela primeira vez contou com a presença de ADs fundacionais, aportou como eixo central a preparação de uma Campanha salarial unificada nacionalmente para 1985, definindo pontos comuns para as pautas de reivindicação e formas de organização para garantir a articulação nacional.

Abaixo, o documento de conclusão do Encontro e um resumo das principais deliberações.

A ANDES, os Sindicatos de Professores e as Associações de Docentes presentes ao II Encontro Nacional de ADs e SINPROs, se dirigem aos colegas de todo o país para enfatizar que a conjuntura econômica e política vivida pelo país exige uma presença ainda mais constante dos professores organizados em suas entidades, enquanto categoria profissional engajada no movimento social pela democratização do país.

1 - Como cidadão e trabalhador assalariado o professor de ensino superior vê-se aliado pelos mesmos problemas que afligem as demais categorias profissionais: arrocho salarial, moradia, transporte, alimentação, saúde, educação, etc. Por isso o vínculo orgânico da categoria jurídica, como vem fazendo, papel importante na intervenção que as instituições da sociedade civil terão na definição dos rumos do processo social brasileiro.

2 - A universidade brasileira estará em cheque qualquer que seja o resultado do processo acadêmico. Cabe aos docentes estarem organizados para continuarem interferindo na conformação do processo universitário porque a sua relação com as demandas sociais, a autonomia universitária, o ensino público e gratuito estarão sob questionamento no próximo governo, qualquer que seja este.

3 - Os docentes vinculados à rede particular de ensino representam mais da metade da categoria a nível nacional, totalizando quase 30.000 professores ao no terceiro grau. As condições estruturais de trabalho, a dispersão do setor, o regime horário predominantemente a violenta repressão interna fazem com que, apesar da abrangência das ADs, dos sindicatos e da ANDES, seja ainda enorme o contingente de docentes não organizados. Vale dizer que há uma enorme fronteira possível de expansão organizativa da categoria.

4 - Estruturamento dos Sindicatos e das Associações representam inúmeras e condições distintas do processo de organização da categoria.

A ação dos Sindicatos compromete-se independentemente do caráter de suas direções pela estrutura sindicalizada e burocrática do Sindicato, reflete principalmente de seu atermamento ao Ministério do Trabalho. As ADs por sua vez têm o seu perfil definido pela local de trabalho e limitado ao terceiro grau, além de abrangem realidades muito diversas, não apenas na rede particular entre esta e as autárquicas ou as fundações federais ou estaduais.

O movimento dos docentes deve apontar, através das ADs, dos Sindicatos e da ANDES para a transformação da estrutura sindicalismo à independência e à autonomia em relação à ingerência do

Estado, de partidos políticos ou organizações religiosas. Essa nova estrutura sindical, apropriação do conjunto dos trabalhadores brasileiros, deve estar organizada de forma democrática, apoiar-se nos trabalhadores por local de trabalho e concretizar a unificação dos

5 - É a partir das reivindicações mais imediatas e gerais de categorias que qualquer movimento toma corpo. O encaminhamento das reivindicações salariais e trabalhistas através das ADs dos SINPROs e da ANDES, dando-lhes o maior possível a dimensão de campanhas conjuntas, é a forma privilegiada de reforçar a organização e a articulação à luta mais geral dos trabalhadores brasileiros.

Neste momento a luta contra o decreto-lei 2965 e a política de arrocho salarial, pela reposição das perdas salariais e pela garantia de emprego e da carga horária deve nortear o trabalho coletivo a luta pela democratização do país e por um ensino adequado às necessidades da população brasileira.

1 - LUTAS CONJUNTAS

1 - Posicionamento do movimento docente quanto à política salarial

1 - Reivindicar no mínimo 100% do INPC (sem expurgo) e a partir disso, livre negociação, com liberdade e autonomia sindical e direito de greve. Estabelecer também uma escala de reposição das perdas salariais ocorridas sob o efeito dos decretos-lei salariais.

2 - Lutar na perspectiva de reajustes trimestrais.

2 - Campanha pelo reajuste no segundo semestre de 1984

3 - Lutar pelo INPC pleno e mais um índice que inclua a reposição da perda salarial.

O encaminhamento dessa luta dar-se-á em 2 planos através da atuação conjunta SINPROS/ADs:

a) Negociação com a entidade patronal;

b) Mobilização por locais de trabalho (através de acordos internos).

Estabelecer um fórum de consulta e articulação regional para unificar essa luta conjunta (Sindicatos, ADs, ANDES).

Definir a nível regional fóruns concretos de implementação dessa campanha conjunta (cartazes, contato com as entidades patronais, pressões sindicais, ações reivindicatórias e federações para que assumam essa luta, greve, etc).



3 - Campanha salarial unificada para 1985

1 - Pontos comuns nas pautas de reivindicações: reajuste de no mínimo INPC pleno; reajustes trimestrais; reposição da perda salarial; - estabilidade no emprego e de carga horária; - unificação da data base - 1.º de maio; - creche no local de trabalho; 2 - Mecanismos de articulação regional/nacional; - Criação de uma Coordenação Nacional composta de representantes da ANDES, do SINPRO CAMPINAS e do SINPRO RIO DE JANEIRO.

II RELACIONAMENTO ADs/SINPROs

1 - Desenvolver uma campanha nacional de sindicalização, comprometendo-se as ADs a desenvolverem nos seus locais de trabalho os SINPROs a remover ou minimizar os eventuais obstáculos burocráticos à sindicalização.

1.1 - avaliar a possibilidade de editar um cartaz unificado nacionalmente, estimulando a sindicalização e a filiação às ADs.

1.2 - desenvolver a campanha também nas ADs fundacionais.

2 - Apoiar a organização e defesa dos professores de todos os níveis, do maternal ao terceiro grau.

2.1 - estimular a criação de novas ADs e fortalecimento das existentes no caso do terceiro grau.

2.2 - fortalecimento da organização sindical, estudando formas de dimensionar melhor as bases territoriais, apurar as associações Pré-Sindicais, e criar as áreas ainda inorganizadas.

3 - Aprofundar, nas ADs e Sindicatos, a discussão da relação entre SINPROs e ADs e das formas de organização da categoria, definindo encaminhamentos concretos de atuação conjunta e complementar na defesa dos interesses dos professores.

4 - Aprofundar a discussão da necessidade e das diferentes propostas de transformação da estrutura sindical a nível social.

5 - Realizar, durante a segunda quinzena de outubro, simpósios locais ou regionais, sobre o tema Defesa do Ensino e da Universidade de Brasília, organizados em conjunto por ADs e SINPROs.

6 - Garantir a continuidade da articulação do movimento a nível local, regional e nacional.

Ass. Prof. da Univ. De Vitoria, Assoc. Doc. da Univ. São Ursula, Assoc. Doc. Univ. Met. Piracicaba, Assoc. Prof. da PUC São Paulo, Assoc. Doc. Univ. de Brasília, Assoc. Doc. da PUC Rio Grande do Sul, Assoc. Doc. da Unileves, Assoc. Prof. da PUC Campinas, ANDES, SINPRO - Minas Gerais, SINPRO - Curitiba, SINPRO - DF, SINPRO - Manaus, SINPRO - Rio de Janeiro, APHO - ABC, SINPRO - Campinas.

Particulares conquistam INPC pleno



Este está sendo um semestre de luta e de vitórias para os professores da rede particular. Reajustes iguais ou superiores ao INPC pleno em várias escolas de São Paulo mostraram que o Decreto 2965 e a política de arrocho salarial não se derubou na prática. A aprovação pela Câmara Federal do projeto de lei do deputado Darel Passos estabelecendo na 102 horas como base de cálculo para os reajustes salariais vem coroar uma luta iniciada pela ANDES há mais de dois anos. A reivindicação dos professores da Faculdade Ritter dos Reis, de Porto Alegre, abre um precedente - em termos de jurisprudência - de extrema importância para todo o setor, para todos os trabalhadores do ensino.

Para tudo isso foi fundamental a reorganização do setor, iniciada em junho no CONAD de Belo Horizonte e impulsionada de forma significativa durante o II Encontro Nacional de ADs e SINPROs cujo principal eixo de trabalho foi exatamente a organização das campanhas salariais unitárias deste semestre e a preparação, desde já, da Campanha Salarial Unificada nacionalmente para 1985, incluindo os professores das Universidades Fundacionais.

Em São Paulo, cuja data-base é 1.º de março, o reajuste automático de setembro, se cum-

prido o Decreto 2965, ficaria em torno de 55% para a grande maioria dos professores. Depois de três anos de arrocho salarial que resultou numa perda salarial de mais de 120%, os docentes se organizaram a partir da Regional da ANDES e das ADs e partiram para a reivindicação de reajustes de, no mínimo, o INPC pleno do semestre anterior. Após uma luta, que possui inclusive greves nas principais universidades particulares do Estado, o saldo é altamente positivo: 73,3% de reajuste na PUCAMP e nas Faculdades Moema 78% da UNIMEP, 80% na PUC-SP. Além da vitória salarial há um saldo organizacional igualmente importante. Várias ADs não filiadas à ANDES participaram conjuntamente da campanha e tendem a se integrar de maneira mais efetiva ao movimento nacional. Algumas escolas que não estavam ainda organizadas em ADs também participaram e já está marcada a fundação para este mês de duas novas ADs - De Artes em S. Paulo e Fac. de Medicina em Curitiba. Também ao nível de articulação com o 1.º e 2.º graus a campanha foi importante, particularmente em Campinas onde foi organizada conjuntamente com o Sindicato e a mobilização geral obrigou o Sindicato patronal a abrir negociações, fora do prazo legal de dissídio.

No Rio de Janeiro, cujo reajuste se dá a 1.º

de outubro, a campanha está em pleno andamento. Organizada em conjunto pelas ADs, pela ANDES e pelo SINPRO, conforme deliberação do II Encontro, ela já movimentou várias escolas tanto na Capital quanto no Interior. No fechamento desta edição nenhum acordo interno havia sido assinado, mas a ADUSU - Santa Ursula - já havia realizado uma paralisação de intervenção diante do anúncio da rejeição de que pagaria apenas o estabelecido pela nova lei salarial (8,8%) e se preparava para uma greve por tempo indeterminado exigindo o INPC pleno e mais a reposição das perdas salariais.

Também no Rio Grande do Sul a campanha se alinhou, tendo a ADUNISINOS realizado uma paralisação com as mesmas reivindicações.

A mobilização pelo INPC pleno veio mostrar que, apesar das dificuldades conhecidas, a organização do setor é possível e para ela é fundamental o papel jogado pela ANDES e o trabalho conjunto com os Sindicatos de Professores. A caracterização do setor particular como a fronteira de expansão do movimento docente mostra o seu caráter e é fundamental que o empunho na organização dos cerca de 30.000 docentes ainda não organizados seja assumido por todo o movimento.

BOLETIM ANDES

100% INFLAÇÃO

OUTUBRO DE 1984

162h Próximo fim da injustiça

A lei que regulamentou em 162 horas o multiplicador de reajuste salarial dos professores horistas, encontra-se em vias de ser aprovado pelo Senado Federal, já o tendo sido na Câmara.

Esta é uma velha aspiração do setor das IES particulares, encaminhada há três anos pela ANDES e, recentemente referendada pelos sindicatos de professores presentes ao II Encontro ADs/SINPROs, realizado em Campinas.

Como sabemos, a grande maioria dos professores da rede particular é contratada pelo regime de pagamento por hora-aula. Isto significa que o professor só tem remuneração o seu tempo de trabalho passado em sala de aula, nada recebendo por correção de prova, preparação de aulas, ou atendimento ao aluno.

Isto, por si só, já constitui um desvirtuamento da função do educador e uma espoliação do profissional, causando graves prejuízos ao ensino e à pesquisa.

Como se não bastasse, porém, desde que o governo federal instituiu o reajuste salarial em cascata, a partir dos decretos-lei baixados desde 1979, o professor da rede particular horista tem o valor de sua hora-aula multiplicado por 240. Índice que supõe que ele - professor - ministre 8 horas de aula por dia, os trinta dias do mês. Inclui-se neste cálculo o seu pouco semanal remunerado, como se este fosse salário - o que não é - ao invés de adicional ao salário - o que realmente é - e que, portanto, deveria ser computado após o reajuste do salário (o repouso remunerado equivale, por lei, a 1/6 do salário) e não ser incluído no multiplicador do reajuste.

Acresce a isto, o fato de que o professor está proibido de lecionar mais de seis horas diárias na mesma instituição, por regulamentação do CFE, o que corresponderia - caso todos ministrassem esse número de aulas, o que absolutamente não ocorre - a um máximo de 162 horas mensais.

Sabemos todos que, atualmente no atual período de crise, o docente tem, em média, 10 a 12 horas a aulas semanais, ao invés das 36 possíveis. Mesmo, assim, lutar pelo multiplicador das 162 horas significaria reivindicar não o correto, mas pelo menos o legal!

Neste sentido, a Andes buscou encaminhar ao Congresso, estudo sobre o assunto por ele encomendado, para que este se tornasse projeto de lei. Ressalte-se que, a princípio, mesmo os sindicatos mostraram-se reticentes e, alguns até se opuseram à iniciativa da Andes. Felizmente, o II Encontro entre ADs e SINPROs consagrou a matéria, unificando a luta de todos pelas 162 horas.

A esta altura, o estudo da ANDES já serviu de base para dois projetos de lei - um do deputado Darcy Passos e outro do deputado Al-

berto Goldman, ambos do PMDB. A tramitação, porém, era demasiado lenta.

Por iniciativa do II Encontro, decidiu-se por uma ida dos sindicatos e da ANDES à Brasília visando pressionar o Congresso a aprovar a lei das 162 horas. Isso foi feito, tendo sido usada, então, a tática de fazer uma emenda à nova lei salarial, que se discutia naquele momento.

Esta emenda, apresentada pelo professor e deputado Hermes Zanetti, foi aprovada, finalmente, no dia 3 de outubro passado, havendo o compromisso das lideranças do Senado em, também lá, dar-lhe aprovação.

As 162 horas não se constituem em um multiplicador ideal para o reajuste dos salários do professor. São, pelo menos, o que a lei permite. Trata-se de um número de referência a partir do qual o movimento poderá calcular suas perdas salariais, em relação ao antigo multiplicador-legal - de 240 horas, servindo pois como base mínima à luta pela recomposição do valor dos salários.

Sabe-se que os sindicatos patronais e o próprio CRUB não querem as 162 horas e dispunham-se, até o momento em que fechávamos este boletim, a pressionar o Senado para sua rejeição.

Investem contra o parágrafo 2º da emenda n.º 2 da lei salarial - a emenda Zanetti - que iguala o valor da hora salário. Na forma hoje em vigor, o professor vê seu salário aula, equivalente ao salário de 50 ou de 40 minutos (conforme a aula seja diurna ou noturna), comparado com o valor da hora completa - 60 minutos - do salário mínimo, o que já significa, de princípio, escanteio de 1/6 a 2/6 do seu ganho.

Esquecem-se as mantenedoras, ainda, que mesmo assim, o índice de 162 horas continua sendo um multiplicador, que é aplicado considerado que o professor pode das 36 horas semanais, quando o que realmente ocorre é que ele dá, em média, apenas 12.

Eles sabem que esta lei é mais do que justa. Pretendem, contudo, com a força de seu lobby junto ao Governo, impedir que se faça justiça. Não vão conseguir. Trata-se de um ato derradeiro de autoritarismo, num dos derradeiros momentos de um agonizante regime autoritário.

A luta da ANDES pelas 162 horas deixou claro, na consciência dos docentes, que este era apenas um passo no sentido da revolução da Universidade Brasileira. Um passo, entretanto, que será dado até o fim.

Passo importante para estabilidade

Uma decisão inédita da Justiça federal - que se foi confirmada em instância superior - abriu precedentes jurídicos na questão da estabilidade do professor das escolas particulares. No dia 13 de setembro, por determinação da Justiça do Trabalho do 11.º Juízo de Conciliação, Maria Maluina Sulz-lach, foram reconhecidos 20 professores arbitrariamente demitidos pela direção do Instituto Ritter dos Reis de Porto Alegre.

Em julho desse ano, dez professores da Faculdade de Arquitetura do Instituto Ritter dos Reis foram sumariamente demitidos sem justa causa. Não por espoliação os demitidos tiveram destacada atuação em seminário interno para reestruturação do Currículo Pedagógico do Instituto Ritter dos Reis interpretados pela direção como tentativa de instaurar um "poder paralelo" na escola.

Imediatamente a ADFAPPA (Associação de Docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre) convocou assembleia geral e declarou-se em estado de greve. Feste diversas tentativas de negociação entre o Comando de Greve e a direção da Escola. Todas sem êxito. Os docentes mantinham-se intransigentes afirmando que "os demitidos são irre-

versíveis e os demitidos jamais voltarão a lecionar no Ritter".

A administração do Instituto marcou o recesso da escola para o dia 10 de setembro. Professores e alunos mantinham-se firmes na disposição de continuar o movimento. As aulas funcionam precariamente. A resposta de direção é invariável: "mais 19 professores demitidos. A situação não poderia ser mais absurda: "participação de movimento grevista ilegal".

EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE

No dia 11 de setembro Maria Sulz-lach, Juiz do Trabalho, acolhe a ação cautelar impetrada pelos demitidos, encaminhando a Sociedade de Educação Ritter dos Reis a reintegrar os professores com manutenção do emprego e trabalho até o término final da ação principal. Vela abstenha frechos das considerações da Justiça incluídas no processo:

"O ensino é prestador de coletividade, classificado como serviço público e a função educativa é monopólio do Estado.

"Na impossibilidade do Estado prover a totalidade do ensino delega a função a particulares. Delegação esta de natureza especial, eis

que não se trata de concessão, por isso não há autorização.

"Substituto do Estado na função educativa, a escola é entidade pública e nesta condição edita atos administrativos, que estão sujeitos ao controle do Estado. Ao contratar e despedir professores está atuando na condição de Estado.

Como entidade pública não se iguala ao empregador privado que dispõe arbitrariamente segundo seu interesse particular, visto que no âmbito privado o objetivo é o lucro e a atividade lucrativa. A administração deve praticar atos em proveito e benefício da coletividade".

Postulando-se dessa forma, o processo da Justiça do Trabalho conclui que: "a despedida de professor, como todo ato administrativo, deve estar voltado ao benefício da coletividade, sendo vedado ao estabelecimento de ensino superior, na condição de entidade pública, a prática de ato de arbitrariedade".

Dois dias depois do recebimento da ação cautelar, os professores são reintegrados na presença de um Oficial da Justiça e de representantes de entidades de classe. Após 40 dias de impasse, atenuando o calendário escolar, a direção convoca a volta às aulas.

OPINIÃO Ensino superior particular Qual o papel das mantenedoras

Sydney Sergio
Fernandes Solis

controle e repressão aos IES do setor.

Discute o estatuto do ensino particular, em geral, e especialmente, do ensino de terceira grau é tarefa inadiável do setor. Neste momento em que a crise nacional transborda para os IES particulares, desafiando as empresas do ensino de seu "ineficiente", vale ao movimento docente denunciar estes apêndices de conseqüência ilícita e controle político.

Para tanto, faz-se necessário conhecer seu estatuto jurídico e as diversas formas de relacionamento com os IES do setor - que em geral, sequer possuem existência legal. Cabe nos conhecer sua ação no dia-a-dia e suas articulações políticas a nível do MEC, do CFE, do CRUB e de outros "lobbies" de pressão.

Questionar o estatuto do ensino particular é intervir no processo de crítica e reformulação da Universidade Brasileira. Para os docentes do setor significa lutar pela democratização da vida acadêmica, pelo direito ao trabalho, pela autonomia política e acadêmica frente às mantenedoras.

O X CONAD da ANDES definiu esta questão como uma das de maior prioridade para o setor. O momento desta luta é agora; pois também das mantenedoras - articuladas - para redefinir, a seu modo, o estatuto do ensino particular, nesta hora de transição que hoje vivemos.

Devemos enfrentar esta articulação e impor os princípios do movimento, única maneira de evitarmos novos desrespeitos e apressar os professores, a Educação e ao verdadeiro?

linha conjunta de ação pelo INPC (plano de expansão) do valor dos salários. Vários ADs do setor das particulares buscam negociar acordos internos visando obter o reajuste da segunda semestre nessas bases. Alguns sindicatos, por sua vez, buscam abrir negociações com os sindicatos das "mantenedoras".

Surpreens com a iniciativa do movimento docente, as "mantenedoras" lançaram mão do velho argumento da crise do setor, "unde o aumento das mensalidades não cobre os custos de manutenção" (sic). Quem mantém o que, então? A extensão dos alunos? A espoliação dos professores?

Cobradas pelo movimento de sua função de manter o nível da Universidade particular, e, face a algumas conquistas do movimento, especialmente em São Paulo, aquelas "meritórias" instituições mudaram de tática. Reorganizaram seus quadros e decidiram enfrentar as reivindicações com a simples recusa à negociação - vedada ou aberta - escudadas, naturalmente, no poder que o título de propriedade e a lei colun lhes concedem.

Fica claro, neste episódio, que as "mantenedoras" do ensino particular conjugam o verbo manter na forma reflexiva: esperam que as IES do setor as sustentem. Quando a crise não permite tal evento, há que se conservar frente as suas escolas; há que conservar seu poder!

É fundamental que o movimento docente questione, agora, qual o verdadeiro papel de "mantenedoras" que são mantidas, ou, quando muito apenas servem como mecanismo de

Segunda definição constante da edição mais recente do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda, o termo mantenedor possui o seguinte significado:

"Mantenedor, adjetivo. 1. Que mantém, sustenta, protege ou defende. 2. s.m. aquele que mantém ou sustenta..." (sic).

A partir desta definição caberia muito propriamente interrogar-se o que são as instituições "mantenedoras" do ensino superior particular. Estas estruturas físicas jurídicas "sem fins lucrativos" desempenham junto às IES particulares papéis que em nada se parecem com aqueles subjacentes ao seu próprio significado.

Estaria, pois, mestre Aurélio errado? Sim e não. Mantenedoras que não mantêm o ensino, mas são mantidas por ele, não fazem cora a definição do conceituado filósofo. Instituições que, ao invés de defender e proteger a educação, degradam-na, lançando-se no mais desvalido mercantilismo que amesquinha a qualidade do ensino, não condizem com o que delas diz o "pai dos burros".

Uma pista, porém, nos é dada pelo velho dicionário. O verbo manter também significa conservar ou ainda sustentar. Quando colocado em sua forma reflexiva, manter quer dizer conservar-se, ou - e aí ficamos mais próximos da realidade - sustentar-se.

Tudo isso parafraseia o real: este jogo de palavras também não foge à regra.

Recentemente, em Campinas, ANDES, ADs e Sindicatos de Professores denunciaram uma

Emenda João Calmon:

A quem serve a proteção

prova no final do ano de 1984 pelo Congresso Nacional e publicada no dia 05 de dezembro do ano, a Emenda Constitucional n.º 24/83 conhecida pelo nome de seu autor João Calmon, inciso o § 4.º ao artigo 170 da Constituição.

"§ 4.º. Anualmente a União será nunca menos de treze por cento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Vinte e cinco por cento do produto, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

"§ 1.º. A ordem relativa à publicação, após (09/12/1983), imporia a prescrição constitucional, estabelecendo-se no âmbito de uma "polêmica" a respeito de sua aplicabilidade, e da falta do que seriam despesas a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

O Conselho Federal de Educação entende, no entanto, que a Emenda era autoaplicável, pois, num primeiro momento, ser adotada a regulamentação estabelecida.

Após praticamente um ano de "discussão", o Conselho Geral da República emite parecer, avalizando pelo presidente da República, determinando a aplicação imediata da emenda (veja matéria ao lado), clamando a atenção para as consequências geradas pelo descumprimento e pela inobservância das leis por parte dos administradores públicos.

Há quase dois meses da data de publicação do parecer, o governo continua não cumprindo a Emenda João Calmon, no que diz respeito ao ano de 1984 e no orçamento de 1985 já no Congresso Nacional.

A "polêmica" e a "discussão" no âmbito do governo só serve ao não cumprimento da Emenda em 84, a tentativa de não cumprir em 1985, dando prosseguimento ao desvio de verbas dos setores sociais conforme a cartilha do FMI.

Figueiredo a favor da aplicação da Emenda

No dia 10 de setembro de 1984 foi publicado no Diário Oficial da União, desobediência ao parecer do Conselho Geral da República, assinado pelo presidente da República, determinando a aplicação imediata da Emenda João Calmon. Este parecer estabele-

cia: "A Emenda Constitucional em tela (n.º 24/83) é aplicável de praxe".

"Caberá ao Poder Executivo promover as medidas indispensáveis à implementação da mesma, com os recursos das dotações orçamentárias disponíveis, mediante a abertura dos créditos suplementares e sucessivos, cabendo, à medida de realização da receita de impostos..."

Governo deve 400 bi ao ensino

Uma avaliação preliminar do orçamento inicial da União para 1984 é anterior excessos de arrecadação a que: volume de recursos arrecadado estimado em Cr\$ bilhões 31.750, 0, mais Cr\$ bilhões 22.807,7 (71,8%) decorrentes de impostos, total transferido pela União aos Estados e Municípios soma Cr\$ bilhões 1.857,4. Admitindo-se que, desta forma, apenas uma parcela provém de impostos transferidos por força de lei constitucional, o estimado para esta parcela seja também 71,8%, isto é, atingiria Cr\$ bilhões 1.338,4.

A regulamentação do MEC para a aplicação da Emenda Calmon, prevê: o total de impostos arrecadados pela União seja descontado o valor devido para os Estados e Municípios por força do preceito constitucional. Pelos dados anteriores, res-

ta para a União Cr\$ bilhões 10.472,9, e da aplicação de 13% sobre esse valor verifica-se que o governo precisa destinar pelo menos Cr\$ bilhões 2.401,5 para a manutenção e o desenvolvimento do ensino em 1984.

Este ano o MEC já recebeu Cr\$ bilhões 2.028,4, para todas as suas atividades, incluindo, esporte, cultura, etc., além do ensino.

Portanto, mesmo na hipótese do MEC aplicar 90% das suas verbas na manutenção e desenvolvimento do ensino, o admitindo que o total correspondente aos 10% restantes sejam utilizados para a manutenção e desenvolvimento do ensino em outros ministérios, pela regulamentação proposta pelo MEC.

São necessários no mínimo cerca de Cr\$ 400 bilhões adicionais para que a Emenda Calmon seja cumprida em 1984.

Universidade precisa de 181 bilhões

Segundo o MEC, as reivindicações salariais de servidores e docentes da Educação Superior implicam um gasto adicional de Cr\$ 64 bilhões em 1984 (o que significa 16% do total que a União deve ao ensino via Emenda Calmon). Como referência é importante lembrar também que o atendimento das reivindicações salariais do pessoal da Presidência implicou no emprego de Cr\$ 90 bilhões.

As necessidades urgentes de verbas para custeio nas universidades e instituições de ensino, de acordo com a proposta da ANDES apoiada pelo MEC, Cr\$ 116,9 bilhões (29,2% da dívida da União para com o ensino).

Não pode haver alegação de falta de recursos, as Universidades necessitam apenas 45,2% do que é devido para o ensino.

ITIM ANDES

X CONA

Nestas páginas, as principais deliberações do 10.º Conselho

Docentes, realizado dias 5, 6 e 7 de o

25 de outubro

Diante do descumprimento claro do que estabelece a Emenda João Calmon, o X CONAD decidiu propor às ADs de todo país a realização de um DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO E PROTESTO.

Neste dia deverão ser organizadas formas de manifestação pública (atos, caminhadas, idas às Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores, etc) e discussões internas articulando as lutas dos setores com o não cumprimento da Emenda Calmon.

Esta proposta também foi lançada pela FASUBRA, estando criado o espaço para articulação com os servidores em cada local de trabalho.

Neste dia de paralisação e protesto deverão ser encaminhadas também, ações jurídicas contra o não cumprimento da Emenda João Calmon.

Mon

1. A posição da ANDES República, fica definida
2. A ANDES vai buscar, neste processo, tendo como levadas no próximo gov
3. A ANDES propõe às, sobre o governo Maluf e
4. Convocar para um del Tancredo Neves.

Man

A ANDES por deliberação do X Conselho Nacional de Associações Docentes (CONAD), considera fundamental o posicionamento claro quanto à conjuntura política nacional e particularmente à sucessão presidencial.

Os docentes reafirmam de forma categórica que as eleições livres em todos os níveis, e em especial para a Presidência da República, são absolutamente necessárias para o processo de democratização do país. Não apenas pela garantia do direito formal de voto, mas por abrir um espaço para a intervenção dos setores organizados do movimento popular e democrático no centro do cenário político nacional.

No Campanha Nacional pelas Diretas Já, o avanço e a força dos movimentos sociais, organizações alteraram o conteúdo da própria campanha, assumindo seu caráter meramente liberal e transformando-a em enérgica contestação e claro repúdio ao regime militar.

A pesar do rumo tomado pela questão sucessória, essa participação deixou saldos inquestionáveis na ampliação das bases sociais desses movimentos e na maior afirmação da cidadania já realizada pelas massas trabalhadoras na história do país. O presente isolamento do governo e a pulverização de seu partido são consequências diretas dessa afirmação.

Os docentes reafirmam seu repúdio ao Colégio Eleitoral, sistematicamente montado para garantir a continuidade do regime. O processo indireto é ilegítimo e espírito não apenas por contrariar a expressa vontade da maioria da população brasileira mas por excluir da definição dos rumos da vida política nacional os setores organizados da sociedade civil e dos trabalhadores da cidade e do campo.

OUTUB

IV CONGRESSO

Vitória de 25-2 a 2-3

Até o Conad não haviam sido apresentados propostas por escrito de ADs interessadas em seguir o IV Congresso devidamente acompanhadas de um estudo preliminar de viabilidade econômica, operacional, física, etc. Duas ADs se dispuseram em Plenário a sedi-lo: a APUB propôs Salvador e a ADUFES propôs Vitória.

Por maioria absoluta foi aprovada a realização do IV Congresso em Vitória, de 25 de fevereiro a 2 de março de 1985.

A diretoria da ANDES fará, de imediato, a convocação para o IV congresso cujos detalhes e definição de pauta serão decididos em sua próxima reunião nos dias 10 e 11 de novembro do corrente em São Paulo. As ADs poderão encaminhar sugestões à secretaria geral quanto à pauta até o dia 9 de novembro.

Democracia

Sobre o ponto de pauta "democratização" o X Conad discutiu o encaminhamento da pesquisa coordenada pelo prof. Rubens Pinto Lira. A pesquisa trata das contribuições do movimento docente para a democratização da universidade. Os resultados do trabalho coordenado pelo prof. Lira, serão apresentados no IV Congresso da Andes. Também sobre esse ponto foi deliberado a realização de um Simpósio Nacional sobre a Universidade Brasileira por ocasião do XI Conad em 1985.

Ainda na discussão de "verbas e democracia" o plenário aprovou a resolução pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Universidade Brasileira. A ideia da CPI está sendo cogitada no Congresso Nacional e já conta até agora com 170 assinaturas de apoio recolhidas entre os parlamentares. A instalação da CPI criará um espaço de 120 sessões onde poderão ser debatidos os problemas efetivos da universidade e seus rumos futuros.

D

Nacional de Associações
tubro em Cuiabá

mento político

fante do processo sucessório de Presidência da
to Manifesto à Nação elaborado pelo CONAD.
rticular-se com as entidades da sociedade civil
no eixos as lutas e reivindicações que serão
mo e o repúdio a todo e qualquer continuísmo.

ADs das Estaduais paulistas a confecção de dossiê
n São Paulo face estas universidades.
ate público com a Universidade o candidato

ifesto à Nação

A manutenção a todo custo do
processo sucessório indireto repre-
sentou o último recurso do regime
e das elites conservadoras para
barrar o avanço das forças popula-
res e democráticas organizadas.

O Colégio Eleitoral representa
o único fio de possibilidade de vitória
da candidatura Maluf. Candi-
datura que representa a perspecti-
va de um retrocesso institucional
que, na atual crise política e econô-
mica, poderá levar o país a uma
crise social de consequências im-
previsíveis. Maluf significa a en-
trega total das riquezas nacionais
ao capital internacional e o conse-
quente abandono de qualquer intere-
so ou apoio à educação, ciência
e tecnologia nacionais. Significa,
como já demonstrou em São Paulo,
a perspectiva de destruição da uni-
versidade pública, do ensino sala-
ria sem precedentes e da interven-
ção truculenta na universidade. A
única posição possível em relação
à candidatura Maluf é aquela que
vem sendo assumida pela maioria
da população: absoluto e total repú-
dio.

O perfil hoje assumido pela
candidatura Tancredino Neves,
através da composição de forças
presentes na Aliança Democrática,
tem como fator determinante
uma linha de compromissos defini-
da pela correlação das forças re-
presentadas no Colégio Eleitoral,
que não reflete absolutamente
aquela existente no conjunto da
sociedade brasileira. Explica-se
assim a composição com os setores
declaradamente reacionários, co-
mo os representantes por Gabriel
e Armando Falcão, ou merendo-
mente conservadores como a
Frente Liberal. A heterogeneidade
das forças representadas nessa
aliança, além de seu perfil dou-
trinariamente conservador, tem
obrigado o candidato a permane-
cer em formulações genéricas so-
bre as questões políticas nacionais
e particularmente sobre educação
e universidade.

Uma alteração significativa no
atual quadro político dependerá es-

encialmente da retomada da ar-
tulação autônoma e independente
dos setores organizados da socie-
dade para reafirmar claramente à
Nação as suas propostas e reivindi-
cações: eleições livres e diretas, li-
berdade de organização partidá-
ria, independência e autonomia
sindical, direitos de greve, fim da
Lei de Segurança Nacional, mude-
za da política econômica e o
reaproximamento com o FMI, a imple-
tação efetiva do ensino público e
gratuito em todos os níveis. Essas
reivindicações permanecerão
qualquer que seja o próximo go-
verno.

A condição para transformar
um possível governo Tancredino Ne-
ves, num período de transição de-
mocrática — isto é —, não basea-
da na exclusão das mas-
sas, como pretendem as forças
conservadoras — está dada apenas
na conjunção que tenham o movi-
mento dos trabalhadores e as en-
tidades democráticas de ocupar no-
vamente, e desde já, o seu espaço
no cenário político.

O movimento docente reafir-
ma que não abrirá mão do seu
compromisso de lutar pela respon-
sabilização do Estado na manuten-
ção do ensino público e gratuito em
todos os níveis e pela construção de
uma universidade autônoma e de-
mocrática — única condição de
colocá-la a serviço dos interesses
das massas trabalhadoras do país.
O movimento docente continuará
buscando articulação com o movi-
mento sindical para lutar de for-
ma integrada por condições dignas
de vida e trabalho e pelo direito a
uma estrutura sindical submetida
apenas à vontade democratica-
mente expressa dos trabalhadores.

A ANDES se dirige à Nação
para afirmar a necessidade de
uma ampla articulação das entida-
des e movimentos democráticos pa-
ra lutar pela democratização efeti-
va da vida política brasileira e pela
soberania nacional.

Cuiabá, 07 de outubro de 1984

ADs presentes

ADUnB
ADUFS
ADUFGO
ADUFEMS
ADUFERPE
APUBH
ADUFC
APUFSC
ADUNIMEP
ADUA
ADUFF
ADUFLJ

APES-JF
ADUFFA
ADUFEFE
ADUFFt
ADUNICAMP
APROPUC/SP
APUC-GO
APUB(BA)
ADURN
ADUFSCAR
ADUFMAT
APROPUC/CAM-

PINAS
ADUSU
ADUFFPI
ADUFES
ADUEI
APUSM
ADUFU
ADUFRGS
ADUEM
ADVED

SETORES

Autarquias

1. Definir a continuidade da luta dia 25.
Diante da falta de uma resposta oficial às reivindicações — até o CONAD — o plenário definiu um novo prazo até o dia 25 de outubro. No dia 25 deverão ser realizadas AGs em todo país, com o objetivo de analisar a resposta do MEC e definir os desdobramentos do movimento. O CONAD decidiu também marcar nova reunião nacional em Brasília no dia 28 de outubro.
2. Cobrar o compromisso do CIRUB para com a sua proposição.
3. Reforçar o pedido de audiência junto à ministra, alterando para os desdobramentos da crise.

Fundações federais

1. Discutir a unificação da campanha salarial à partir dos cinco pontos básicos estabelecidos no encontro Sinpro/Alb/Andes durante a paralisação do dia 25/10.
- 2 - Lutar pela modificação da constituição jurídica dos Conselhos Diretores (Conselhos de Estudantes), através dos quais o CPE busca ressuscitar a 8733.

Particulares

- 1 - Campanha Salarial Unificada para 85
- Ações imediatas:
- 1 - Articulação entre Sindicatos - ANDES-ADs através de mecanismos regionais e institutos de consulta, para a direção regional da Companhia.
- 2 - Articulação com os demais setores da ANDES, especialmente com as Fundações, lutando por base os seguintes pontos de unificação:
- 100% do INPC
- Reconhecimento das perdas salariais
- Reajuste trimestral
- Unificação da data base - 1.º de maio

- Estabilidade de emprego e carreira
- 1 - Luta em Defesa (do padrão único) da Universidade Brasileira
- Que para o setor significa:
- a) Revisão do Estatuto da Universidade particular e a consequente redefinição da papel e do lugar (e do poder) das mantenedoras.
- b) Democratização dos cargos, colegiados e órgãos de apoio comunitário.
- c) Quadro de carreira unificado
- d) Mais verbas (como consequência)
- Ações imediatas:

- 1 - A intensificação da luta pela democratização da Universidade apelando especialmente à resistência e os processos em curso de democratização da escola de dirigentes, da estrutura acadêmica e dos órgãos de apoio.
- 2 - Reativação e simplificação do GT-Particulares da ANDES para estudar o Estatuto e a função dos mantenedores na rede particular. Objetivo: fornecer subsídios a luta pela autonomia das HES particulares em relação às empresas mantenedoras.
- 3 - Elaboração pela ANDES de um Estatuto e quadro de carreira unificados a ser transformado em projeto de lei.

Movimento sindical

Aprofundar o debate

O IV Congresso da ANDES em 1985 deverá se posicionar quanto à filiação no não da entidade a uma Central Sindical. Essa foi uma das deliberações Unidas no Congresso de Piracicaba. Os trabalhos em grupo em plenário do X Conad suscitaram que é necessário organizar o debate desse assunto, como uma forma das ADs prepararem-se para o próximo congresso.

O X Conad enfatizou que a ANDES, mesmo sem estar filiada a qualquer articulação ou entidade sindical, continue intervenindo em qualquer fórum que trate da revitalização do Movimento Sindical. E recomendou que se procure associar a própria vivência do professorado nas ADs e ANDES às práticas sindicais de outras categorias.

ROTEIRO E CENÁRIO

Como sugestão para o debate da questão sindical nas ADs o X Conad indica os seguintes pontos:

1. O que é sindicalismo.
2. O que são a CUT e o CONCLAT.
3. Qual o sentido de uma filiação da ANDES.
4. Como o MD vai avançar no Movimento Sindical.
5. Relacionamento entre a ANDES, as ADs e os SIN.

PÍRE.

Urocnograma proposto o seguinte:

- a. As ADs devem promover assembleias até o 30 de dezembro para discutir a questão, aproveitando as próximas mobilizações (semana de 22 a 26 de outubro) para sua discussão e relação de contribuições;
- b. As regionais da ANDES devem organizar seminários preparatórios até 30 de janeiro para aprofundar mais o assunto e preparar melhor o congresso;
- c. A ANDES deve realizar um seminário no primeiro dia do IV Congresso com representantes da CUT e do CONCLAT e demais articulações sindicais interessadas.

BOLETIM ANDES

10 DE 1984

X CONAD

Finanças

Congresso fixará política de arrecadação

Com base no orçamento apresentado pela Tesouraria da ANDES foi aprovado — por maioria absoluta — um reajuste de 70% sobre o valor das mensalidades. A taxa mensal de Cr\$ 500, foi majorada, portanto, para Cr\$ 850, a partir de outubro. A outra proposta menos votada indicava reajuste de 100% do valor atual. Esse assunto será mais detalhadamente discutido no próximo congresso da ANDES. Baseado em estudos da Tesouraria da Entidade com contribuições das ADs, pretende-se no congresso — determinar uma política de arrecadação e de reajustes com critérios permanentes para os próximos semestres.

O recurso a outras fontes de receita (propaganda, promoções, etc) foi considerado oportuno.

Cabe à Diretoria a implementação dessas sugestões visando a auto-sustentação do Boletim da ANDES bem como estudar outras alternativas para apreciação pelo IV Congresso.

A decisão quanto a firmar ou não o contrato com a Seguradora gerou grande polêmica. Foi decidida a maioria, não adiar mais esta questão. Por maioria simples de votos, resolveu-se pela não assinatura no momento, sem prejuízo de sua aceitação pelas ADs interessadas. O Plenário entendeu ainda que cabe à Diretoria continuar em contato com as Companhias Seguradoras e prosseguir no estudo das vantagens e desvantagens desse contrato, tendo em vista a possível reabertura da discussão em eventos futuros da ANDES.

Você leria um jornal chamado

LUTAS?

Está na banca,

Assinatura Semestral: Cr\$ 12.000.

Remeta um cheque nominal à Editora Independente Ltda
Rua Nunes Machado 14, conj. 15116
88000 - Florianópolis, SC.

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

BALANÇO PATRIMONIAL - Jan/ago 84

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades:

Caixa

1.730

6.292.807

6.294.537

Impostos a Recolher

481.584

Investimentos em Formação

6.779.193

ATIVO PERMANENTE

Imobilizado

355.357

Equipamentos e Suprimentos

115.600

Loans e Criações

855.420

Direito a Votações

1.631.075

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Exercícios de Terceiros

6.892.624

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Social

7.137.574

Superávit e Perda

6.823.854

(-) Suprimentos a Cooperar

1.631.075

1.631.075

Vitória/ES, 20 de Setembro de 1984

Denise de Jesus César
Técnicas
Enfermeira Pública e Gerente de todos, desde do Estado

OS QUERIDINHOS DA VASP.



Investimentos de 65 anos, 100% de desconto



Sua e sua, de 21 anos, 30% de desconto



Rebô de colô, até 92,5% de desconto



Mexer puga mesa

Descobertas maravilhosas na Vasp. tarifa 0/1 - Brasil Turístico Individual. Descontos de 20 a 92% para quem viajar para qualquer parte do Brasil, menos Rio-São Paulo-Rio, o ficar fora da sua cidade de origem 7 dias no mínimo e 2 meses no máximo. Tarifa 0/2 - Brasil Turístico Grupo. Descontos de 25 a 92,5% para grupo de 5 adultos ou mais (crianças contam em adulto) que viajar para qualquer parte do Brasil, menos Rio-São Paulo-Rio, o ficar fora da sua cidade de origem 3 dias no mínimo e 2 meses no máximo.

Mais comodismo ainda, usando BTV - Brasil Turístico Vasp. Serviço de bordo completo, atendimento pessoal, horários mais convenientes para todos os lugares do Brasil para onde voar a Vasp.

Plano Brasil na Palma da Mão, criado pela Vasp para facilitar a sua vida. É só ir ao seu Agente de Viagens e fazer o seu

roteiro, recolhendo hotéis, passagens e a marca do carro que você quer alugar, com toda comodidade.

As vantagens da Vasp. Sem, pagando 20% de entrada e o saldo em até 10 vezes, com o menor juro do país.

Apresente, porque mais comodismo do que não já não é mais comodismo, é escandaloso.

Procure seu Agente de Viagens ou a Vasp.



VASP

O avião nasceu para voar.

Viaje Vasp. É mais gostoso.

Consolidação na luta

Gestão 82/84 apresenta relatório das atividades

Principais problemas ocorridos durante a gestão

A — Quanto as Lutas

- A não conquista das reivindicações salariais na greve de 1982 e na luta conjunta com o funcionalismo em julho/83.
- Dificuldade de implementação da luta pela carreira unificada nas IES Particulares.
- Dificuldade de implementação de lutas salariais unificadas e do projeto de carreira da ANDES nas Fundações Federais.
- Dificuldade de trabalho conjunto nas IES Estaduais.

B — Quanto à organização e finanças

- A difícil situação financeira, experimentada, que trouxe prejuízos graves as atividades previstas e elevadas dívidas pessoais aos seus irredores, em virtude do atraso persistente no ressarcimento dos gastos autorizados.
- Tal situação impossibilitou objetivamente dentre outras tantas, organização de grupos de trabalhos permanentes, a edição da revista da ANDES, e uma periodicidade menor que a desejada do Boletim da ANDES. Além disso, as dificuldades financeiras afetaram decisivamente o trabalho dos Vice-regionais, impossibilitados de um trabalho mais constante junto às ADs da região.
- Desfiliação de algumas ADs, esquivadas em função da sua repressora das Retóricas e suas IES.

Dificuldades de condição de trabalho em algumas Vice-regionais.

Principais lutas desenvolvidas, vitórias obtidas e organização da infra-estrutura da ANDES

I — Lutas desenvolvidas

Articulação com a sociedade civil no conjunto das lutas populares e democráticas,

O presente relatório, escrito da forma mais sucinta possível, tenta recuperar as informações sobre as principais lutas desenvolvidas pela ANDES durante a gestão da diretoria de 82 a 84, bem como dados sobre a situação financeira da entidade no período.

A diretoria entende que a gestão teve um saldo bastante positivo, na medida em que foram cumpridos os principais objetivos a que se propôs quando da apresentação da sua carta programa. É evidente que caberá ao conjunto das filiadas o julgamento final sobre a atuação da nossa gestão. Não obstante a conclusão na certeza de termos dado o máximo de cada um de nós no sentido da consolidação da ANDES junto ao conjunto da categoria e sua afirmação junto a sociedade civil brasileira.

destacando-se a articulação com a OAB, a SPBC e a ABI.

- Decisiva participação na Campanha pelas Diretas Já.
- Participação da ANDES no Comitê Suprapartidário Nacional e Comitês Estaduais e Regionais.

- Discussão permanente dos problemas educacionais, com atuação decisiva na organização do Foro de Debates das Secretarias Estaduais de Educação.

II — Lutas Sindicais

- Presença nos congressos de São Bernardo (CUT) e Praia Grande (Conclut).
- Posição de não vinculação a nenhuma das duas centrais e postura inequívoca pela unificação das duas concepções em uma única central.

- Posição de unificação das centrais em lutas comuns, com participação decisiva das ADs nas reuniões da CUT e Conclut para unificação das ações quanto a campanha pelas diretas.

- Trabalho constante da discussão e aprofundamento da questão junto ao conjunto de professores.

- Luta persistente contra a política salarial do governo e os decretos leis 2024 e congêneres.

III — Lutas Gerais no âmbito da Universalidade

Registram a profunda articulação com as entidades nacionais dos estudantes (UNE) e funcionários (Fasubra) e destacamos:

a) Ensino Público e Gratuito e Reestruturação da Universidade.

- A campanha de 82 (em conjunto com a UBES, a CPB e UBES) com o slogan "Ensino Público e Gratuito, Direito de Todos, Dever do Estado", com grande repercussão nacional e vitória significativa no arquivamento (mesmo que temporário) do projeto do MEC/82 de cobrança de mensalidades nas IES públicas.

- Elaboração do documento "A proposta da ANDES para a Universidade Brasileira" oficialmente entregue ao Ministério.

- Luta permanente e vitoriosa (com a greve das autarquias/82) contra projetos burocráticos e parciais do MEC para reestruturação da universidade brasileira (avisos ministeriais/82, projeto do CHUB, parecer Caio Tarcito).

- Luta constante, decisivamente levada pelas ADs das IES Autárquicas nas greves de 82 e

84.

- Participação na luta pelas 12% do orçamento da União (parcialmente atendida pela emenda João Calmon).

- Luta permanente contra subsídios para os mantenedores das IES Particulares, defendendo os apólos financeiros para a capacitação, pesquisa e extensão dos grupos de pesquisadores e professores dessas IES, com controle e supervisão das verbas pelo pessoal diretamente envolvido, sem passar pela administração.

IV — Lutas Setoriais

a) Autarquias

- Luta vitoriosa de resistência contra o projeto de destruição da carreira única (greve de 82), muito embora não se tenha obtido vitória quanto a reivindicações salariais naquele ano.

- Luta salarial e por mais verbas em 84, ainda não definida.
- Articulação com as demais entidades do funcionalismo através do Comando Nacional de Mobilização e com a CSFB.

b) Fundações

- Expressiva atuação na vitória derrubada do Lei 6723

- Luta contra o arrocho da Lei 2065 e contra o novo projeto (84) de arrocho preparado pelo MEC (a pretexto de equiparação salarial)

- Participação da comunidade

docente na elaboração das listas sextuplas para reitor em maio-junho/84

c) Particulares

Luta constante pelo pagamento salarial por 162 horas, contra subsídios, pela carreira única, contra demissões arbitrárias.

d) Estaduais

Acompanhamento das lutas salariais e pro democratização.

II — Organização e Finanças da ANDES

I — Secretaria

- Edição periódica do Boletim (11) da ANDES e um número especial para as Fundações

- Filiação de novas ADs e constituição de um número expressivo de comissões pró-ADs

- Cadastro atualizado de todas as ADs (53 filiadas)

- Mostraquim (em colaboração com a APIOPUC-SP) do escritório da ANDES em São Paulo, com organização de arquivo central e infra-estrutura de apoio ao movimento

- Organização de dois congressos (Fortaleza e Piracicaba) e quatro CONADs (Belo Horizonte, Vitória Rio de Janeiro e Goiânia)

- Organização em conjunto com a UNE e FASUBRA, do I Encontro Nacional entre docentes, alunos e funcionários das universidades brasileiras.

- Organização, em conjunto com o SINPRO-ITJ, do 1.º Encontro de ADs e Sindicatos de Professores

- Organização, em conjunto com a ADCEPM, do 2.º Encontro de Docentes da Área da Saúde.

II — Finanças

- O balanço da ANDES, aprovado no III Congresso (82/84), segue em anexo, ao lado do balanço final a Lei analisada no presente CONAD.

Gestão 82/84 - Balanço financeiro

Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES		Copa Cor e Refletório		28.652,85
Demonstrativo do Resultado		Comb. e Lubrificantes		311.887,00
Gestão 82/84		Gasto com Condição		327.100,05
		Frete		337.025,00
RECEITAS		SUBTOTAL		33.694.801,14
Contrib. de Associações	80.533.283,68	Outras Despesas		
DESPESAS		Consumos e Receitas		11.000,00
Desp. Administrativas	2.051.885,40	Contrib. e Doações		170.250,00
Ordenados e Salários	454.995,01	Desp. de Xerox		1.239.845,49
Imps	140.929,24	Jornal Rev. Public.		157.072,00
FGTS	7.430,53	Divulgações		9.308.000,50
Outras	7.019.018,00	Partic. em Congresso		90.080,00
SUBTOTAL	9.674.728,78	Desp. Diversas		1.144.270,00
Serv. Terceiros	7.714.515,54	SUBTOTAL		12.131.117,99
Conta Telefone	1.309.022,30	Desp. Financeira		
Serv. Viagens	5.006.899,00	Desp. Bancárias		184.686,96
Honor. Profissionais	2.805.000,00	TOTAL DA DESPESA		71.920.849,93
SUBTOTAL	16.325.506,84			
Desp. Gerais	34.750,00			
Amort. e Reparo	32.017.365,94			
Alug. e Reparo	555.011,50			

* Não estão computados os valores de Receita e Despesa referentes ao mês de junho/84.



10º CONAD - Curitiba, 5 a 7 de outubro de 1984

BOLETIM ANDES

Nova diretoria assume



A eleição foi entre os dias 14 e 18 de maio. A posse ocorreu em 21 de junho, no 9.º CO-NAD, em Belo Horizonte. A nova diretoria da ANDES foi eleita e empossada durante a mais longa greve de trabalhadores que se tem conhecimento no país.

Para Itaul Guenther, atual secretário-geral, o fato de assumir a direção da Associação em meio a greve de quase 90 dias não criou maiores obstáculos a nova diretoria. Segundo ele, todos os professores que compunham a chapa tinham uma militância comprovada no movimento docente. "A eleição e posse durante a greve dos professores das autarquias aumentou a responsabilidade e o ritmo de trabalho que já vinha sendo desenvolvido", declarou.

O PROGRAMA

Apenas uma chapa concorreu às eleições para a diretoria da ANDES. O manifesto de cumplicidade distribuído pela chapa afirma que a opção por uma chapa única deu-se pela necessidade de fortalecer ainda mais a unidade do movimento docente. Na concepção dos integrantes da chapa, a unidade é a "forma de bloquear as ações do MEC, dos reitores e dos patrones, contra a universidade pública e gratuita. De atuar junto e com a sociedade brasileira pela superação da crise econômica e na luta por melhores condições de vida". Os candidatos à diretoria da ANDES assumiram a plataforma geral elaborada durante o III Congresso, em Piracicaba.

A ELEIÇÃO E POSSE

Ocorrida no início do período de greve nas autarquias, a eleição para a diretoria da

ANDES demonstrou uma grande vitalidade do movimento. Como pode ser observado no quadro ao lado, participaram das eleições 53 AD's, totalizando um colégio eleitoral de 31.880 professores. O número de votantes foi de 14.179. A chapa 1 obteve 58,7% dos votos, ou seja, 12.585. Os votos em branco foram 1.414, 10% do total, e os 180 votos nulos representaram 1,2% dos votantes. Um dado importante foi a participação de um maior número de AD's neste processo eleitoral, em relação à eleição passada.

A nova diretoria assumiu suas funções um mês após as eleições. A solenidade de posse foi na Faculdade de Medicina da UFMG. Participaram da mesa: Olívio Elírio Brito, secretário da Educação de MG; José Henrique dos Santos, representante do CHUB; o senador João Calmon; José Carlos Lima, representante da FASUBRA e Beatriz Teixeira, vice-presidente da UNE. Participaram também os professores Luiz Pompeu de Campos, presidente da APUBH, Luiz Pinguelli Rosa, Newton Lima e Marco Antonio Sperb, representando a diretoria anterior, e representando os novos diretores, Maria José Ribeiro, Itaul Guenther e Benedito Tadeu Cesar.

Segundo um professor que participou da solenidade, os pronunciamentos, as expectativas, a unidade, enfim, todo o clima daquela noite deixaram claro que "a ANDES não é apenas um movimento de resistência. É uma busca concreta da universidade nova, comprometida com os interesses da população brasileira".

Resultado final

Região	N.º de AD's Partici- pantes	N.º de N.º Vo- Assoc. tantes	Chapa	Bran- cos	Nulos	Urnas Anula- das
Norte	03	1.553	480	431	42	07
NE - I	02	1.274	605	547	53	01
II	05	3.727	1.894	1.760	116	18
NE - III	04	2.499	992	900	81	11
C. Oeste	04	2.283	1.205	1.069	120	16
Rio	07	4.142	1.964	1.811	120	33
Leste	07	4.121	1.805	1.622	163	20
S.P.	08	4.311	1.878	1.506	352	20
Sul	13	7.970	3.356	2.939	367	50
Total Geral	53	31.880	14.179	12.585	1.414	180

Aqui os nomes dos novos diretores

DIRETORIA:

Presidente: Maria José Feres Ribeiro - APES - Juiz de Fora - MG.

1.º Vice-Presidente: Carlos A.F. Martins - APROPUC - Campinas - SP.

2.º Vice-Presidente: Wolfgang Leo Maur - ADUF - São Carlos - SP.

Suplente: Sadi Dal Rosso - ADUnB - Brasília - DF.

Secretário Geral: Raul Guenther - APUFSC - Florianópolis - SC.

1.º Secretário: Sidney S.F. Salls - ADUSU - Rio de Janeiro - RJ.

2.º Secretário: Emmanuel José Appel - APUFR - Curitiba - PR.

Suplente: Pedro Antonio Cecato - ADUFPI - João Pessoa - PB.

1.º Tesoureiro: Benedito Tadeu Cesar - ADUFES - Vitória - ES.

2.º Tesoureiro: José Sérgio Gubrielli de Azevedo - APUB - Salvador - BA.

Suplente: Afrânio dos Santos Raposo - APRUMA - São Luiz - MA.

VICE-PRESIDENTES:

Norte: José Ribamar Bessa - AP'IA - Manaus - AM.

Suplente: Joaquim Barata Teixeira - ADUFPA - Belém - PA.

Nordeste I: Antonio José C.B. Medeiros -

ADUFPI - Teresina - PI.

Suplente: José da Rocha Furtado Filho - ADUFCE - Fortaleza - CE.

Nordeste II: Wagner Braga Batista - ADUFPI - Campina Grande - PB.

Suplente: Sônia Marques - ADUPPE - Recife - PE.

Nordeste III: Tracy Silva Picanço - APUB - Salvador - BA.

Suplente: José Jerônimo Moraes - ADUF - Feira de Santana - BA.

Centro-Oeste: Rivaldo A.P.R. da Silva - ADUFMA - Cuiabá - MT.

Suplente: Pedro Murrieta - ADUnB - Brasília - DF.

Leste: Eugênio Célia Ruizer - ADUFES - Vitória - ES.

Suplente: Márcio Antonio de Oliveira - APES - Juiz de Fora - MG.

Rio de Janeiro: Antônio Constantino Campos - ADUFRRJ - Inaúm - RJ.

Suplente: Eliana Beldade de M. Falcão - ADUFRRJ - Rio de Janeiro - RJ.

São Paulo: Nader Wajue - ADEPM - São Paulo - SP.

Suplente: Ari V. Fernandes - APROPUC - Campinas - SP.

Sul: Anamaria Beck - APUFSC - Florianópolis - SC.

Suplente: Luiz Afonso Montini - ADUNISI - São Leopoldo - RS.

Eleições ADs

Nesse último mês foram organizadas em três associações docentes eleições para renovação das diretorias. No processo eleitoral nas três ADs uma característica comum: a expressiva participação dos eleitores.

No AD Santa Maria inscreveu-se apenas uma chapa para participar da eleição. Apesar disso, houve um comparecimento considerado "excelente": 71% dos professores aptos a votar. Para a AD-Cent' o período de greve fez com que se ampliasse o número de professores envolvidos com as atividades da Associação. Um reflexo dessa situação foi uma maior participação dos docentes no processo eleitoral para a diretoria e conselho de representantes. Foi elaborado coletivamente um programa de trabalho, e optou-se pela formação de uma chapa única.

Finalmente em Santa Catarina, na APUSC, inscreveram-se duas chapas. Num pleito concorrido - com um comparecimento de 80% - venceu a chapa "Movimento" formada por professores de reconhecida militância no MD.

Novas ADs em
São Paulo

Como saída da campanha salarial organizada pelo ANDES em São Paulo, além da conquista do INPC, pleno em várias escolas, já se mostra um avanço no processo de organização do setor particular.

Os professores da Fundação Escola de Belas Artes (SP) estão com o processo de criação de sua Associação (que congregará mais de cem docentes) bastante avançado. O movimento está forte. Dia 16 os docentes deflagram greve. Na interior da luta, forja-se mais uma entidade que se integra ao movimento docente nacional.

Também em outubro, em data não marcada até o fechamento deste boletim, estava programada a fundação da Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Catanduva.

USP faz
congresso

Caracterizado com um ato político que definiu diretrizes de ação da comunidade acadêmica, encerrou-se no dia 6 de outubro o 2.º Congresso da USP. A avaliação predominante entre professores, estudantes e funcionários é que o Congresso "representou um avanço no movimento interno conjunto da USP". Na pauta de discussão temas como: ensino, pesquisa, condições de trabalho, autonomia e democracia.

Questões importantes foram levantadas e constituiu-se il versus divergências. Talvez a mais polêmica tenha sido em relação a promoção de eleições diretas parciais para reitor e diretor. Um assunto que o movimento pretende ampliar. Outras questões e deliberações do Congresso devem passar pela debate mais aprofundado entre as categorias: a criação do Fórum de Educação no próximo ano, a elegibilidade e o plebiscito para as eleições internas, participação no Conselho Universitário e Estatutos da USP.

Repressão

A grande mobilização e participação de todos os segmentos da comunidade gerou em contrapartida atitudes repressivas por parte de algumas retóricas, ilegitimamente empunhadas em não abrir mão do controle absoluto da sucessão, através da exclusão da comunidade. Particularmente é necessário denunciar a repressão na

ADUNIR - levada a cabo pela demissão da Universidade do Prof. Onofre Martins, presidente da AD; e pelas ameaças que

O primeiro da lista foi nomeado e empossado.

Fim da intervenção na UFSCar

ADUA — Universidade Federal do Amazonas — os três segmentos participaram das eleições por voto universal nos dois turnos. CEE não referendou lista da Comunidade. Atual reitor encabeça a lista. Novo reitor ainda não foi nomeado.

ADUFU — Universidade Federal de Uberlândia — docentes votaram no âmbito dos Conselhos Departamentais, e os estudantes através do DCE. Antigo reitor foi reconduzido já tendo sido empossado.

UFF — Universidade Federal de Viçosa — eleições em dois turnos só com a participação de professores. O CEE incluiu apenas um nome da lista da Comunidade, na última posição. Este foi nomeado e empossado reitor.

ADUFOP — Universidade Federal de Ouro Preto — eleição com voto universal e participação dos três segmentos. CEE não respeitou a lista. Reitor ainda não nomeado.

ADUFAC — Universidade Federal do Acre — prévia com estudantes e professores e eleição paritária com os três segmentos, CEE homologou a lista da Comunidade. O primeiro da lista foi no-

ADUFS — Universidade Federal de Sergipe — prevê com a participação de docentes e servidores. No 2.º turno participaram os três segmentos sendo o voto universal. CEE aceitou a lista. Novo reitor eleito pelo povo.

ADUFEMS — Universidade Federal do Mato Grosso do Sul — não realizou eleição direta.

UNIRO — Não houve eleição direta. Antigo reitor foi reconduzido.

pelos conjuntos de docentes, alunos e funcionários, e que foi eleito com 70% dos votos dos três setores.

Esta conquista é, sem dúvida, um passo importante para impulsionar a luta nacional pela plena autonomia e democratização da Universidade Brasileira.

A ADUNII Interpôr recurso no M&C: pedindo a anulação do pleito, pois pelo menos 4 membros da FUIF-Fundação Universidade de Brasília—com mandato vencido participaram do CE2. O recurso foi indeferido. Alegação: "os membros do Conselho Diretor da FUIF continuam a exercer cargo em comissão, de livre escolha e livre nomeação do Senhor Presidente da República, de acordo com a lei 673/74, nesse caso não alcançada pela lei 717/83. Mas, a validade de esta simplesmente recai sobre a nomeação de reitores e vice-reitores, e de Universidades fundacionais, e não sobre a constituição dos Conselhos Diretores das Fundações".

A ADUNII recorrerá desse parecer na Justiça comum. Mas é fundamental que o movimento continue reagindo concretamente a estas questões, pela lei estabelecida em precedente que afeta a todas as fundações, revivendo o fantasma da 673, que representa um retrocesso no caminho da democratização da universidade.

A ADUNB recorrerá desse parecer na justiça comum. Mas é fundamental que o movimento docente responda concretamente a este questionário, pois ele estabelece um precedente que afeta a todas as instituições, revivendo o fantasma de 1973, que representa um retrocesso no caminho da democratização da universidade.



ção conjunta das fundações.

rio foi despertaria por uma iniciativa malfévola do governo. Sob o rótulo de equiparar salários de professores de autarquias e fundações, encaminhou projeto ao Congresso Nacional em que propunha a equiparação por bônus, reduzindo o salário dos funcionários aos dos autarquias e não vice-versa como se poderia esperar.

Entre as ações de mobilização contra esse projeto de lei a que obteve maior repercussão, e envolvimento coletivo foi a paralisação nacional de advertência e protesto, levada a efeito em 10 universidades fundações a partir de 06 de agosto. Em que pese a importância de outros atos políticos, tais como as inúmeras Assembleias locais, a criação de Coordenações Nacional das AAs funcionais e a realização de três reuniões nacionais em Brasília, a paralisação nacional constituiu o primeiro evento demonstrativo de capacidade de re-

Em nenhum momento da história do MD do setor fundacionário chegou-se a reunir tão grande número de professores em Assembléias locais. Em várias universidades as AGs reuniram 200, 300 e até 400 professores, em época marcadamente difícil para a mobilização devido à fadiga provocada pelo

peras encunares, as viagens nocturnas e a outros movimentos já existentes no sector. A deflagração de uma paralisção de 1, 2, 3 ou mais dias indicaria que o movimento superou o fase do medo e de indecção que costuma envolver as bases e as lideranças antes de uma experiência desse tipo. A experiência dessa paralisção estabelece um marco decisivo para futuras mobilizações.

Além da luta contra o projeto de lei de equiparação, as fundações reivindicaram coletivamente mais verbas para a universidade, INPC integrou com líderes da comunidade e

Hoje a situação das reivindicações é a seguinte:

— O projeto de equiparação salarial ainda se encontra tramitando no Congresso. Mas, a ANDI-S acompanha passo a passo a tramitação uma vez que o MEC ainda não definiu sua

— O projeto salarial que altera o decreto-lei 2065 tramita no Senado Federal e existe uma remota perspectiva de aprovação: o INPC integral para todos as categorias, assim como a negociação do índice de produtividade. Nesse momento abrem-se duas perspectivas para o movimento docente nas fundações: desenvolver uma campanha salarial articulada com outros setores do MD e com os demais segmentos da sociedade; lutar por verbas em conjunto com o movimento e particularmente com os estudantes.

Depois da greve: trégua

Após 84 dias de greve que paralisou todas as IES federais autárquicas, contando com o apoio da sociedade civil, partidos políticos, governadores de Estado e da opinião pública em geral, os professores e servidores não conseguiram que suas reivindicações fossem atendidas pelo governo.

Durante o movimento grevista, enquanto os professores sempre demonstraram claramente a sua disposição de transferir o negócio a um governo mantido a sua postura protelatória, intransigente e repressora, chegando a decretar a ilegalidade da greve.

Em 31 de julho de 1984, o MEC divulgou nota oficial, em que credenciava o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras como "comissão de alto nível", para o prazo de 30 dias, estudar as reivindicações de docentes e servidores das IES autárquicas, "quanto ao mérito, e na medida do possível quanto à viabilidade". Além disso, na mesma nota, o MEC se comprometeu a atuar junto ao DASP e Ministério do Trabalho, revogando as medidas punitivas. Tanto o credenciamento do CRUB como "comissão de alto nível", como a revogação das punições, eram condicionados à suspensão do movimento grevista.

É importante frisar que a grande maioria das AGs no optaram pelo retorno às atividades acadêmicas, avaliaram com frieza e sem ilusões a criação da "comissão de alto nível". No entanto, ao mesmo tempo em que parecia evidente que essa seria mais uma manobra protelatória do governo, decidiram que a continuidade da luta era fundamental e que o movimento permaneceria mobilizado para que a comissão cumprisse seu papel. Os professores suspenderam o movimento grevista, mas não abandonaram as suas reivindicações. A trégua com o MEC foi assumida claramente com a consciência de quem está disposto a continuar lutando.



Manifestação em Brasília durante a greve das autárquicas federais.

nuar lutando. ANDES E FASUBRA OBSERVADORAS NA COMISSÃO

Em 15 de agosto, o CRUB se reuniu e elegeu uma comissão de sete reitores para realizar estudos necessários e apresentar um documento conclusivo sobre as reivindicações de docentes e servidores das IES autárquicas, no prazo de 30 dias. A ANDES e a FASUBRA participaram da comissão na qualidade de observadoras.

De 16 de agosto a 13 de setembro a comissão se reuniu várias vezes. Na primeira reunião, a ANDES apresentou um documento sobre as reivindicações dos professores, demonstrando não só a sua justiça, como também a sua viabilidade. Enfatizou-se que o atendimento das reivindicações dependia exclusivamente de uma DECISÃO POLÍTICA do governo, sendo fútil o discurso da falta de recursos financeiros.

A ANDES argumentou que cabia a comissão do CRUB avaliar a justiça das reivindicações dos docentes e servidores e fazer propostas concretas ao governo para o seu atendimento.

Após intensas discussões e fundamentações estudos, os reitores concluíram que as reivindicações eram justas e deveriam ser atendidas pelo governo.

2 - CRUB: É POSSÍVEL ATENDER

Para o atendimento da reivindicação salarial dos docentes, a comissão propôs um decreto-lei, contendo os seguintes itens: reajuste emergencial em setembro de 1984 de 18,7%; reajustes salariais adicionais de 10% em janeiro de 85, julho de 85 e janeiro de 86; reajuste semestral igual a 100% do INPC. No que diz respeito às verbas de custeio e capital, foi solicitada uma suplementação de 116.997 bilhões para 1984 e que o orçamento de 85 seja equivalente ao de 84.

A comissão propôs ainda que o projeto de lei de equiparação salarial entre autárquicas e fundações fosse retirado do Congresso Nacional, na medida em que prejudica as universidades fundacionais e não atende às autárquicas.

É importante frisar que os trabalhos da comissão do CRUB conferiram com o parecer do jurista Almir do Couto e Silva e o auxílio de técnicos do MEC.

Em 13 de setembro, a plenária do CRUB se reuniu e aprovou o trabalho da comissão com pequenas alterações no que se refere ao reajuste semestral que passaria a ser "de acordo com a lei salarial em vigor e suas possíveis alterações".

Em 14 de setembro, o presidente do CRUB, acompanhado de

vários reitores, entregou à Sra. Ministra da Educação e Cultura, o resultado dos estudos da comissão.

Durante todo o período de trabalho da comissão do CRUB, a ANDES manteve contato com as lideranças partidárias no Congresso Nacional, inclusive com o líder do governo na Câmara. Os parlamentares, sem exceção, tem mantido a postura de apoio ao movimento e às reivindicações.

3 - GOVERNO: NADA SERIA CONCEDIDO

Em 11 de outubro a ministra Esther de Figueiredo Ferraz, comunicou ao presidente do CRUB, através de telex, a resposta do governo ao estudo e às propostas da comissão de alto nível.

Sobre a questão salarial: a ministra descartou a possibilidade de um reajuste emergencial de 18,7%, ainda nesse ano. Ficou garantido o aumento diferenciado em janeiro, que seria, no máximo, igual ao que consta do projeto de lei de equiparação salarial entre autárquicas e fundações que foi enviado ao Congresso Nacional. Explicou-se, entretanto, que o aumento diferenciado de janeiro independe da aprovação do referido projeto, na medida em que o MEC se dispõe a recomendar e até mesmo a completá-lo com questões relativas

à autonomia financeira e administração das IES federais autárquicas. Segundo dados da Sra. ministra, as propostas de alteração do projeto deverão passar pela discussão da comunidade universitária, do CRUB e do CFE.

Sobre as verbas, a ministra disse que o governo se responsabiliza pela manutenção dos IES. No entanto, concretamente foram liberados até agora apenas 25 bilhões de Fim social para os Hospitais Universitários.

Após 84 dias de greve e os estudos do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o governo mantém, na prática, a mesma postura intransigente. A resposta da Sra. Ministra é uma demonstração clara de que o governo não levou a sério os estudos da comissão que ele mesmo criou. É patente que existe uma política deliberada do governo para inviabilizar a universidade pública e gratuita.

4 - UM ANO DE DESCAPO

É importante insistir no fato de que os recursos financeiros existentes, em outubro de 84 a ANDES entregou ao MEC a pauta de reivindicações dos professores das IES federais autárquicas, insistindo que a universidade pública e gratuita corra risco de sobrevivência. J. naquela época, a prof. Esther considerava justas as nossas reivindicações e encorajava sobre os riscos da universidade. No entanto, nenhuma providência concreta foi tomada pelo governo no sentido de solucionar a crise.

Há um ano esperamos um resposta do MEC. Os professores, entretanto, continuam mobilizados e dispostos a defender a universidade brasileira, apesar da irreversibilidade do governo.

Dia 25

Protestar e definir continuidade

Para os docentes das autárquicas o Dia Nacional de Paralisação e Protesto tem um significado e uma importância absolutamente decisiva.

Não só porque precisamos denunciar a toda a Nação que com 16% do que o governo deve ao ensino é possível o atendimento das reivindicações salariais de docentes e servidores, e que com 45,2% do que o governo deve à educação torna-se possível o atendimento de todas as reivindicações das universidades federais, autárquicas e fundações (veja matéria sobre Emenda João Calmon na pág. central). Não só porque precisamos lutar para que a emenda seja cumprida, mas também por que precisamos dar continuidade à

luta pela nossa pauta.

Para alguns pode não ter significado a realização de um dia de paralisação após 84 dias de greve. No entanto, o dia é decisivo, qualquer que seja o caminho a ser escolhido para a continuidade da luta.

Primeiro porque é necessário dizermos à toda a sociedade que nos apoia: mais uma vez fomos transigentes e mais uma vez o governo radicalizou, não atendendo nenhuma das reivindicações. Todos precisam tomar conhecimento: não concedendo nada o governo decidiu pela manutenção das condições que geram a crise nas universidades. Isso precisa ser dito em atos públicos, manifestações, idas a

Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, etc., com grande repercussão. A população merece uma prestação de contas e tem que ser informada de que nada está resolvido. Só isso já justificaria a paralisação com a participação ativa dos docentes.

Em segundo lugar é necessário que, após a resposta da ministra, o movimento defina sua posição, através de discussão ampla em todos os locais de trabalho, deliberando nas AGs os caminhos a serem trilhados. Mais uma vez a paralisação é necessária para que a rotina do dia-a-dia seja interrompida e todos possamos nos concentrar na discussão dos destinos da luta, que indubitavelmente estão ligados à sorte

da universidade brasileira, e à de cada um de nós. Precisamos vencer as diferenças nacionais, pelas quais em algumas universidades inicia-se o 2.º semestre no período, enquanto em diversas o 1.º está terminando e em outras só termina em novembro. Precisamos superar divergências internas em cada universidade e a nível nacional de avaliação da greve, e principalmente precisamos definir uma avaliação unificada das perspectivas do movimento, para fixar as formas de luta a serem adotadas.

Parar e participar dia 25 é um passo necessário para que a luta prossiga unificada e forte.

V Congresso da Andes
Vitória (ES) - fevereiro-1985